

Avante!

Biblioteca

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

13 de Março de 1975
Ano 45—Série VII—N.º 48

Preço: 4\$00
Angola e Moçambique: 9\$50

CENTROS

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 ★ Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L. ★ Distribuição - Distribuidora «O SÉCULO»

O MFA E O MOVIMENTO POPULAR BARRARAM O CAMINHO À REACÇÃO



OITO HORAS DEPOIS DOS PRIMEIROS TIROS DA INTENTONA FASCISTA, MILHARES E MILHARES DE PESSOAS DESCIAM A AVENIDA DA LIBERDADE MANIFESTANDO O SEU APOIO AO MFA. A MEIO DA TARDE, NA SUA PRIMEIRA EDIÇÃO ESPECIAL, «AVANTE!» AFIRMARA: «A REACÇÃO NÃO PASSÁRA PORQUE É DE AÇO A MURALHA QUE O POVO E OS SOLDADOS ERGUERAM FACE AO FASCISMO E À DITADURA!»

Os factos impõem, no imediato: 1) a responsabilização e o castigo exemplar dos conspiradores da tentativa do golpe do 11 de Março; 2) um mais profundo saneamento em todo o aparelho do Estado, civil e militar; 3) a reorganização das forças militarizadas; 4) um decisivo impulso à política antimonopolista e antilatifundista; 5) medidas imediatas para contenção dos preços e para actualização de salários

Nota da Comissão Política

É NECESSÁRIO MANTER BEM VIVA E ACTUANTE A VIGILÂNCIA POPULAR

1. Uma vez mais, no dia 11 de Março de 1975, a reacção tentou um golpe, conseguindo desta vez lançar um ataque de forças armadas aéreas e terrestres contra uma grande unidade militar, o Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1, além de outras acções militares de menor envergadura.

A tentativa de golpe falhou, graças à pronta e decisiva acção do Movimento das Forças Armadas e à gigantesca mobilização popular que, em poucas horas de Norte a Sul do País, paralisou quaisquer iniciativas fascistas e deu poderoso apoio às Forças Armadas.

Trata-se de mais uma grande vitória do Povo Português sobre aqueles que querem liquidar as liberdades e fazer regressar Portugal ao passado fascista. As grandes manifestações populares que hoje mesmo tiveram lugar por toda a parte testemunham a consciência que tem o Povo Português de que, com esta nova derrota da reacção, se podem dar novos passos em frente para a construção de um Portugal democrático.

2. Não há ainda informações bastantes que permitam fazer uma ideia exacta do âmbito da conspiração e de todos os elementos conluídos. Uma coisa é certa: esta nova tentativa de golpe contra-revolucionário deve-se, em parte, à insuficiência do aparelho de segurança e à excessiva complacência com que, desde o 25 de Abril, têm sido tratados os conspiradores.

Tal complacência não pode, desta vez, repetir-se. O Povo Português pretende construir a democracia, sem a incerteza e a intranquilidade que resultam da impunidade das actividades contra-revolucionárias.

É necessário que desta vez sejam apuradas responsabilidades e os conspiradores sejam severamente punidos.

3. Muitas lições haverá a tirar dos acontecimentos, tanto do dia de hoje, como das últimas semanas. O PCP preveniu e insistiu em que a campanha anticomunista, o acréscimo da sabotagem económica, a vaga de calúnias, violências e provocações, os golpes de mão em escolas, sindicatos e autarquias, a agudização artificial de conflitos sociais, a tentativa de paralisar pela greve sectores importantes da vida económica se inseriam num processo de deterioração da situação social e política, preparando terreno para um golpe reacçãoário. Os factos aí estão para comprovar a razão da advertência.

O prosseguimento destes factores da deterioração da situação não só podem diminuir gravemente a vitória sobre a reacção, como podem criar no imediato novas dificuldades ao processo democrático.

O PCP condena firmemente certas violências e destruições anárquicas que, hoje, 11 de Março, praticadas à sombra da luta contra a reacção, só à reacção podem servir.

O PCP pronuncia-se firmemente pelo respeito da ordem democrática e pela adopção de firmes medidas contra aqueles que, desrespeitando-a, põem em perigo a própria democracia.

4. A contra-revolução tem encontrado terreno particularmente favorável para o próprio desenvolvimento em certas contradições, hesitações e debilidades na política do Governo e no funcionamento de departamentos aos quais cabe a sua aplicação.

Para a construção de um Portugal democrático é indispensável o apoio firme e dedicado do Povo Português à situação democrática e o seu trabalho entusiástico e criador. Isso só pode ser alcançado desde que haja uma resposta aos grandes problemas que tocam as massas populares e que o Governo e a Administração, pela sua composição e capacidade operativa, estejam em condições de pôr em prática a sua própria política.

A derrota da reacção no 11 de Março, para que dela saia verdadeiramente reforçada a situação democrática, exige que se dê um decisivo impulso progressista à política portuguesa.

Os factos impõem, no imediato: 1) a responsabilização e o castigo exemplar dos conspiradores da tentativa do golpe do 11 de Março; 2) um mais profundo saneamento em todo o aparelho do Estado, civil e militar; 3) a reorganização das forças militarizadas; 4) um decisivo impulso à política antimonopolista e antilatifundista; 5) medidas imediatas para contenção dos preços e para actualização de salários.

A reacção não se vence apenas com medidas de contenção, mas também com medidas económicas e sociais.

5. O dia 11 de Março evidenciou uma vez mais que o principal inimigo dos portugueses é a reacção.

Para o sucesso na luta contra a reacção e pela construção de um Portugal democrático, é indispensável o isolamento de actuações divisionistas e desagregadoras e o reforço da comunidade das forças populares em todos os sectores, da unidade dos trabalhadores, da unidade das forças democráticas, assim como o reforço da aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas.

Pelas lições que o 11 de Março comporta, o momento é particularmente favorável ao reforço dessa unidade e dessa aliança.

O PCP tudo fará para que este objectivo seja alcançado.

6. A tentativa de golpe do 11 de Março foi derrotada. Mas não é de crer que a conspiração abrangesse apenas os responsáveis já conhecidos. Alguma coisa falhou no plano e isso significa que houve conjurados que, por qualquer razão, não entraram em acção.

A reacção tem ainda força e possibilidades. É necessário manter bem viva e actante a vigilância popular, ao lado do Movimento das Forças Armadas, apara impedir qualquer surpresa.

11 de Março de 1975.

A COMISSÃO POLITICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



Um aspecto do Rossio quando milhares de trabalhadores se manifestavam contra a reacção

O POVO DE LISBOA NA LUTA E NA VITÓRIA

11 de Março de 1975, 20 horas, Campo Pequeno. Mais do que nunca a unidade foi caminho da vitória. Convoçada pelo PCP, a grandiosa manifestação que durante três horas desfilou até ao Rossio teve desde logo o apoio de outros partidos democráticos e forças progressistas, nomeadamente o PS, MDP/CDE, MES, FSP, UEC, UJC e Intersindical.

Foi um mar de bandeiras e povo que ao som de vibrantes «slogans» manifes-

e a integraram-se na batalha comum do Povo Português.

Comemorou-se a vitória forjando unidade, essa força invencível que tantas vezes ameaçada por disputas partidárias que é necessário vencer, que as «bases» já venceram um pouco ao darem-se as mãos, ao unirem as suas bandeiras, ao gritarem em uníssono «a vitória é difícil, mas é nossa» e «na unidade o caminho da vitória».

Eram muitos os carros

ro. Com os carros na vanguarda, muitos milhares de manifestantes percorreram as ruas de Lisboa. Gente do povo, dos mais diversos sectores de actividade, elevada percentagem de mulheres — algumas com filhos ao colo — e muitos, muitos jovens gritando a plenos pulmões que «A reacção não passou, a reacção não passará».

O grande ausente

Nunca o entusiasmo enfraqueceu ao longo do percurso, antes pelo contrário,

se durante alguns minutos num silêncio impressionante a fim de escutar a comunicação do Presidente Costa Gomes ao País, saudada no final por uma vibrante salva de palmas e por entusiásticos gritos de «Vitória, Vitória!» Só cerca das 23 horas a manifestação atingiu o Rossio e a vasta praça foi pequena para conter o mar de gente que chegava. Rodeando a estátua de D. Pedro, onde muitos deles se tinham empenhado, militantes do MRPP munidos com as suas bandeiras (e não só...) invectivaram a passagem dos manifestantes automobilistas gritando que «o povo anda a pé». Curiosamente, foi o povo a pé que os eclipsou totalmente à sua passagem e gritando «Abaixo a reacção»; numa fracção de segundos as bandeiras do MRPP desapareceram e outras as substituíram, arvoradas bem alto ao som vibrante de «O povo unido jamais será vencido!»

A passagem de algumas viaturas militares pelo Rossio em direcção à sua unidade foi, então, saudada por entusiásticos aplausos populares que uma vez mais vitoriararam o MFA.

Na manifestação integraram-se os camaradas do CC do PCP, Jaime Serra, Dias Lourenço, Georgete Ferreira e Albano Nunes.

Depois de darem uma volta ao Rossio, os manifestantes ficaram-se em frente do Hotel Metrópole, onde, na varanda do primeiro andar, os dirigentes políticos dos partidos integrados na manifestação usaram da palavra em breves improvisos, referindo-se ao profundo significado da importante jornada de luta que o povo português acabava de viver.

No final, a multidão cantou o hino nacional.

Em Lisboa foram milhares. Serão milhões em todo o País, em qualquer altura, a defender a aliança indestrutível Povo-MFA.



tou uma vez mais o inequívoco e total apoio ao MFA, que expressou a firme decisão das massas populares de defender intransigentemente a liberdade democrática tão duramente conquistada.

Vindas de todos os lados, multidões plenas de euforia por mais esta vitória sobre a reacção engrossavam a manifestação, feita bloco sólido de resistência e combatividade, expressão magnífica da união Povo-MFA. Imbuídos do ardor revolucionário comemorando a vitória, os milhares de manifestantes expressaram bem alto a recusa popular aos expectadores da luta, gritando um «slogan» espontaneamente criado — «É muito feio ficar no passeio» —, convidando assim os mais hesitantes a abandonar a sua passividade

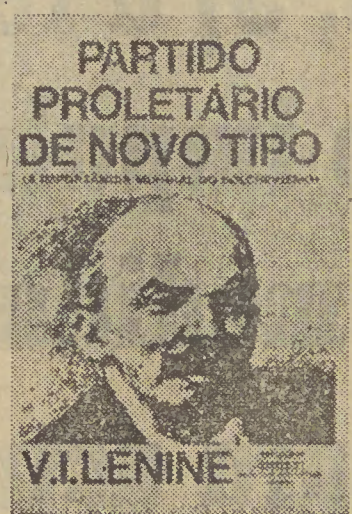
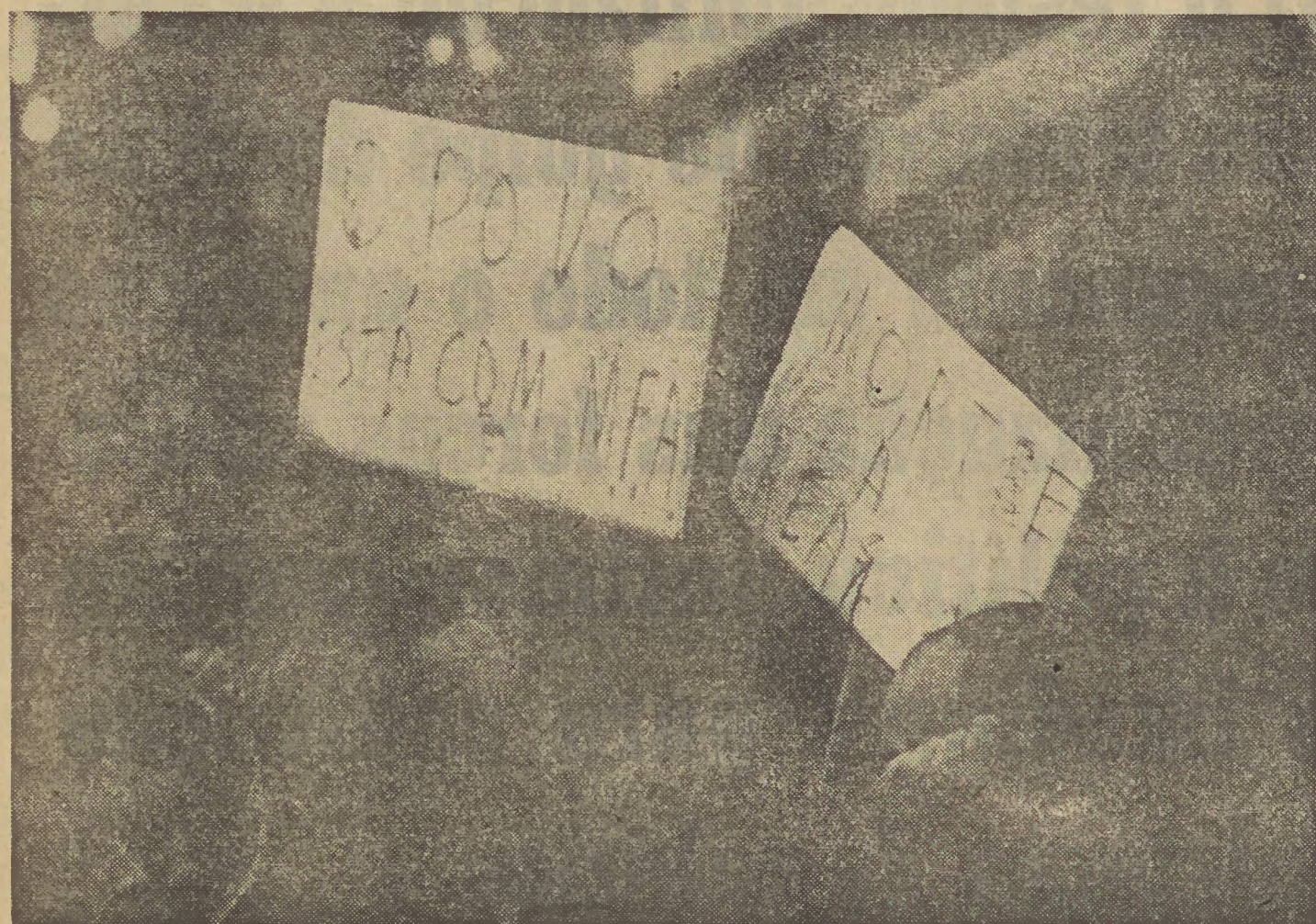
embandeirados, as camionetas cobertas de dísticos e a abarrotar de gente, chegadas de todos os pontos, animadas do sentimento comum de reforçar cada vez mais a aliança do movimento popular de massas com o MFA, incansavelmente expresso na palavra de ordem que mais se repetiu — «O povo está com o MFA!»

O som dos megafones diluía-se nas entusiásticas vozes populares que, entoando em coro o «Avante Camarada», marcharam para o Rossio, infatigáveis, plenas de alegria e confiança no futuro.

sempre reforçado por novos «slogans» exigindo a punição dos traidores do povo, a tomada de medidas realmente eficazes contra a reacção — «Morte à CIA», «Abaixo os monopólios» e «A banca é do povo» foram alguns dos mais gritados.

Digno de registo, um «slogan» alusivo ao PPD — o ausente —, que, como se costuma dizer, parece ter caído no grito dos manifestantes: «Onde está o PPD? Está em casa a ver Tevé».

Pouco antes de chegar aos Restauradores, a manifestação imobilizou-se e manteve-



Militantes e simpatizantes do nosso Partido estiveram na primeira linha da manifestação

11 DE MARÇO DE 1975

A REACÇÃO NÃO PASSOU!

A reacção quebrou uma vez mais os dentes. Sofreu a sua maior derrota desde o 25 de Abril. Mas não está esmagada. Se não for privada do poder económico, se não for privada dos poderosos meios de que dispõe para sabotar o avanço do processo democrático e revolucionário, voltará à carga. E é preciso que seja esmagada totalmente, definitivamente.

Foi derrotada na sua primeira e tímida tentativa do 28 de Maio, quando deixou Lisboa sem pão e sem transportes. Mas manobrou para criar condições e em fins de Junho provocou a crise que levou à queda do Governo de Palma Carlos. Foi batida. Reorganizou-se, levantou a cabeça, conspirou com o general Spínola, montou a conspiração do 28 de Setembro. Sonhava com um golpe militar de direita, exigia publicamente uma ditadura. Retomou, então, a linguagem, os métodos, a arrogância fascista. Foi batida pelo movimento popular de massas e pelo MFA. Não conseguiu abalar a aliança entre os dois componentes do processo revolucionário. Essa aliança saiu fortalecida da jornada do 28 de Setembro, da confraternização entre as Forças Armadas e o povo nas barragens e nas praças públicas, nas grandes manifestações de massas que ficaram a assinalar a vitória e um novo avanço da Revolução Portuguesa.

A reacção não passou. Mas encontrou condições favoráveis para se reorganizar. Recorreu à ajuda externa. Montou uma campanha de calúnias contra Portugal. Tentou criar dentro e fora do País a ideia de que o País mergulhara no caos, de que estava à beira da bancarrota, de que o Exército «não obedecia mais», de que o MFA estava dividido, de que o nosso Partido controlava os meios de informação. Montou depois uma bem organizada provoca-

ção, usando como instrumento o Congresso do CDS. Utilizou grupelhos esquerdistas para lançar estudantes contra estudantes, para boicotar comícios, para desencadear a violência gratuita, para uma cadeia de ocupações irracionais. Torpedeou o saneamento, investiu contra o primeiro-ministro, publicou livros reaccionários, lançou mão do panfleto anónimo, inundou outra vez o País com propaganda fascista, mobilizou-se em força para impedir avanços populares na luta contra os monopólios e o latifúndio. Fabricou boatos em série, inventou que o

tra homens das Forças Armadas. Bombardeou o RAL 1, derramou o sangue de jovens soldados, obteve a cumplicidade de pilotos assassinos, tentou conquistar o Quartel do Carmo, com a ajuda de traidores da GNR. E, em poucas horas, viu-se derrotada em todas as frentes. Não passou! A unidade do povo trabalhador, a vontade revolucionária do movimento popular de massas são hoje mais fortes do que eram há dois dias.

As advertências do PCP não foram ouvidas.

Pode-se afirmar que a intentona fascista era es-

siveis da conjuntura política.

O PCP na defesa da Democracia e da Revolução

Os assassinos da reacção, os golpistas da reacção, os mercenários ao serviço da reacção esperavam apanhar o povo desprevenido. Esperavam que a violência e o sangue amedrontassem os trabalhadores. Esperavam que a surpresa impedisse a réplica do MFA. Mas enganaram-se. O movimento popular de massas ofereceu uma demonstração impressionante de força, de organização, de unidade. O MFA confir-

os pára-quedistas que cercavam o RAL 1, dialogaram com eles, explicaram-lhes que haviam sido enganados por oficiais fascistas, por traidores. Contribuíram para tornar inofensiva a máquina contrarrevolucionária, não arrestando pé dos lugares onde a sua presença era necessária. Estiveram na primeira linha do escudo protector formado pelos trabalhadores em frente do RAL 1, ameaçado pelas metralhadoras dos helicópteros utilizados pela reacção. Confraternizaram com os oficiais, os sargentos, os soldados que se batiam pela democracia e pela Re-

com o Programa do MFA, ainda usava, hipocritamente, a palavra democracia. Agora, o desespero forçou-a a mostrar a cara, a abrir o jogo, a confessar que está contra a liberdade, contra o MFA, contra o povo. A agir como horda de bárbaros, como uma associação de criminosos e traidores. Ao erguer-se em armas pela volta a um passado de opressão, os reaccionários civis e militares, guiados pelo ex-general Spínola, confirmaram todas as análises, todas as advertências do PCP.

Vencemos! Importa, agora, extrair da vitória os ensinamentos que ela encer-

torico que a vontade popular lhes dita.

É verdade que as responsabilidades do movimento popular de massas e das estruturas por ele criadas são cada vez maiores. As suas organizações lutam e vencem. Mas se todas as forças e partidos autenticamente democráticos reconhecem hoje essa evidência, se a própria imprensa burguesa ocidental não ousa negar o papel decisivo desempenhado pelo movimento popular de massas no 28 de Setembro e no 11 de Março, é também verdade que essa realidade não tem encontrado a sua expressão ao nível da intervenção do movimento popular de massas na condução da política do Governo Provisório. A participação existe, manifesta-se com força crescente, não é contestada como elemento do processo. Mas, no aparelho de Estado, no conjunto de instituições responsáveis pela elaboração de uma política democrática e revolucionária, a representação das estruturas criadas pelo movimento popular de massas é mínima, exprime-se através de estreitos canais.

A reacção não passou. Sabemos que não passará, se voltar à carga. Mas permitir-lhe, novamente, que ela se reorganize para outra intentona fascista seria um erro imperdoável. Reconhecer ao movimento popular de massas, em todos os níveis, o papel que lhe cabe, pelo que é e tem feito pelo avanço da revolução democrática e nacional, é hoje um imperativo do processo, uma necessidade inseparável do aprofundamento da sua aliança cada vez mais firme com o MFA.

Não podemos esquecer, como sublinha a nota da Comissão Política do CC do PCP, que a reacção ainda tem força e possibilidades, que «houve conjurados que, por qualquer razão, não entraram em acção».

Vencemos, mas a vitória não foi definitiva. Para que ela o seja, para que o inimigo seja esmagado, cumpre entender a natureza das modificações estruturais geradas pelas próprias vitórias alcançadas. As tarefas do MFA e do movimento popular de massas são outras, mais ambiciosas, mais democráticas, mais revolucionárias os objetivos por que lutam. É preciso que as responsabilidades e os meios de exercê-la sejam igualmente outros.



nosso Partido se opunha às eleições, que os comunistas temiam a realização de eleições livres. Concebeu e forjou a provocação de Setúbal.

Teve condições para fazer tudo isso. Poderia ter sido contida na sua escalada contra-revolucionária e não o foi. Finalmente, lançou-se, quase à luz do dia, na preparação de um «putsch» fascista. Conspirou com todos os saudosistas do fascismo que não haviam sido saneados das Forças Armadas. Conspirou também com fantasmas do passado, como os generais Spínola, Galvão de Melo, Rui Tavares Monteiro, Freire Damião. Aliciou cinco coronéis, um tenente-coronel, sete maiores e mais um punhado de oficiais traidores.

O estado-maior contra-revolucionário, a conjura dos monopólios, do latifúndio, da banca, dos generais fascistas readquiriu tanta confiança, tanta insolência que proclamou a vitória antes de se lançar na batalha. Anunciou o golpe na «Vanguardia» de Barcelona, na BBC de Londres, nas grandes cadeias de rádio dos EUA, na imprensa reaccionária do Brasil.

Festejou a ditadura antes de tempo. Subestimou a força do movimento popular de massas, a coesão e o patriotismo do MFA. Imitou o almirante chileno Toribio Merino que, antes do golpe contra a Unidade Popular, antecipava, com arrogância, as chacinhas, o banho de sangue. Esqueceu que Portugal não é o Chile.

O 11 de Março entrou realmente na História de Portugal. Mas não como a reacção queria. Será doravante recordado como uma grande vitória popular. A reacção não passou. Foi batida. Uma minoria de criminosos — na definição do brigadeiro Vasco Gonçalves — lançou homens das Forças Armadas con-

perada. Só houve surpresa no tocante ao momento e ao local do ataque. O MFA tinha denunciado a iminência da conspiração. No último número do seu Boletim, em apelo vibrante à vigilância revolucionária, acusara frontalmente a reacção de tramarm um golpe. Acusara os monopólios, os latifundiários, os colonialistas, os aliados externos de sabotar a construção da democracia, de tentar impedir o avanço do processo revolucionário. E terminava com uma advertência: Ponham as máscaras que puserem, a unidade do Povo-MFA será a mais sólida garantia de que a reacção será impedida de actuar. Os saudosistas do fascismo — lembrava — não têm futuro em Portugal.

Para o nosso Partido a conspiração também não foi surpresa. Fomos os primeiros a advertir o povo de que se preparava um golpe contra-revolucionário da reacção para apunhalar o processo democrático. O camarada Alvaro Cunhal foi muito claro, na Marinha Grande, em 18 de Janeiro. Apontou factos suspeitos, desmascarou manobras, respondeu a calúnias, pôs os pontos nos ii. Dias depois, em 26 de Janeiro, o Comité Central do PCP, extraía as lições implícitas no grande debate nacional em torno da unidade sindical, na grande vitória alcançada pelos trabalhadores. Denunciando as manobras de forças diversas, chamava, porém, a atenção para o comportamento da reacção que conspirava na sombra «recrutando, aliciando, tentando ganhar posições e encerrando projectos e possibilidades de um sangrento golpe de força que liquidasse as liberdades e instaurasse uma nova ditadura».

Os acontecimentos demonstraram que o nosso Partido estava certo uma vez mais, que tinha uma visão inteiramente correcta dos desdobramentos previ-

mos durante horas verdadeiramente dramáticas que está disposto a levar avanço o processo revolucionário, a defender e ampliar as conquistas populares, a liquidar implacavelmente todos os focos reaccionários ainda existentes nas Forças Armadas e nas forças paramilitares.

Poucas vezes, como sublinhou o «Avante!» no seu suplemento especial de ontem, uma cidade, em condições tão difíceis, com tal carácter de espontaneidade, com tanto espírito de organização, terá como Lisboa respondido tão unanimemente às exigências imediatas de um momento histórico em que era necessário responder a uma ofensiva contra-revolucionária, cortar-lhe todas as possibilidades de êxito, esmagá-la no berço. Todos os pontos estratégicos da cidade, desde a Emissora e a RTP aos sindicatos foram rapidamente envolvidos por multidões que levavam aos trabalhadores a força da sua solidariedade. Os órgãos de informação foram rodeados por uma muralha de peitos revolucionários, garantia para o esforço de informação de cobertura que foi decisivo. O País pôde acompanhar minuto a minuto a marcha da intentona para a derrota; a vitória pôde ser construída organizadamente hora a hora pelo MFA e pelo povo.

O PCP teve o comportamento que dele se esperava, um comportamento comunista revolucionário. Militantes nossos percorreram a cidade em brigadas de esclarecimento e mobilização popular, organizaram a resistência ao golpe fascista em todo o País. Estiveram presentes em todos os locais onde havia perigo. No RAL 1, no Quartel do Carmo, nas estradas onde voltaram a erguer-se, como no 28 de Setembro, barricadas de vigilância, baluartes contra a reacção forjados pelo povo trabalhador. Militantes do Partido rodearam

volução. Estiveram na portagem de Sacavém, na fiscalização de um ponto estratégico, decisivo, que controlava o acesso a uma área onde tudo podia acontecer.

Enquanto organizada, disciplinadamente, corajosamente, os comunistas cumpriam a sua missão, defendiam as conquistas do povo ameaçadas pela escalada sediciosa da reacção, que faziam os grupos dos esquerdistas, grupelhos esquerdistas, pseudo-revolucionários do MRPP, da AOC, da UDP e outros semelhantes? Ou ficavam nas escolas pagando asneiras e dificultando a mobilização dos estudantes democráticos, insultando o PCP e gritando historicamente que não havia «golpe», mas apenas uma «inventona dos comunistas»; ou faziam comícios familiares para eles mesmos nas ruas; ou praticavam «acções revolucionárias» tão grotescas como o assalto à casa do general Spínola, já então sob as asas protectoras do caudilho fascista espanhol...

O papel do movimento popular de massas

Pela terceira ou quarta vez as massas populares comemoraram, em Lisboa e em todo o País, com gigantescas manifestações, derrotas infligidas à reacção, vitórias alcançadas contra a reacção pelo povo trabalhador aliado ao MFA. A grande ofensiva para fazer regressar Portugal ao domínio dos monopólios e do latifúndio foi desbaratada. De cada confronto, o movimento popular de massas saiu mais forte, mais unido, mais organizado. Com a reacção aconteceu o contrário. Mas a própria consciência da sua fraqueza, do seu isolamento, obrigou-a a desmascarar-se completamente. Em Maio, em Junho, em Setembro, ainda intrigava, ainda pretendia estar identificada

ra. O movimento popular de massas é uma realidade. Uma realidade, contudo, que não é a mesma de Setembro. Tal como o MFA não é o mesmo de Setembro. O avanço do processo revolucionário, mais sensível após os confrontos provocados pela própria reacção, introduziu mudanças importantes nas duas componentes da aliança, tanto ao nível da sua actuação e dos seus objetivos, como ao nível da consciência política. Em situações graves como as surgidas numa manhã, em que à metralhadora e à bomba se quis aniquilar a liberdade, são as poderosas organizações populares, — como o suplemento do «Avante!» salientou — essas estruturas criadas e desenvolvidas pelo amplo apoio das massas populares que se revelam decisivas para passarem à prática a aliança entre o povo e o MFA, para, ao lado de cada ombro fardado, colarem um firme e resolutivo ombro de homens dispostos a lutar para vencer.

Os apelos dos sindicatos para concentrações, os apelos para a paralisação do País e para a mobilização de todos os trabalhadores em defesa do MFA e da democracia, a confluência dos trabalhadores nas sedes dos sindicatos, as iniciativas ali tomadas para reforço de barragens ou realização de manifestações foram outras tantas provas de que os sindicatos são elementos orgânicos indispensáveis do movimento popular de massas, que com ele unificam, organizam e lutam — unidos, organizados e combativos.

Essa é uma das mais importantes lições do 11 de Março. As organizações unitárias surgidas da luta do Povo Português contra um inimigo comum a todos quantos nasceram em Portugal continuam a cumprir — igualmente atacadas por quantos não querem fazer uma revolução com o Povo — o papel his-

OS PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS DA CRIMINOSA INTENTONA

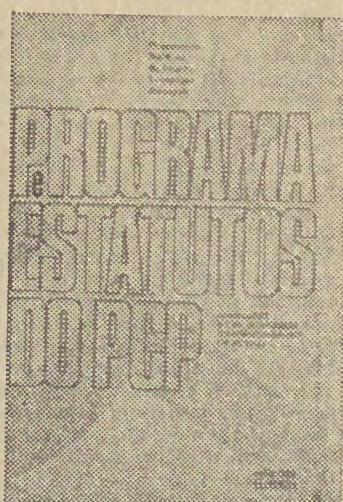
General António Spínola
General Rui Tavares Monteiro
General Freire Damião
Capitão-tenente Guilherme Alpoim Galvão
Coronel Durval Serrano de Almeida
Capitão-de-mar-e-guerra Costa Santos
Capitão António Ramos
Major Arantes de Oliveira
Tenente-coronel Xavier de Brito
Major Rosa Garoupa
Major Carlos Pinto Simas
Coronel Moura dos Santos
Coronel Rafael Durão
Coronel Espadinha Milreu
Capitão Valério da Silva
Capitão Almeida Coelho
Tenente Antero Rebelo
Tenente Oliveira Santos
Coronel Martiniano Gonçalves
Major Simões Pereira
Major Ferreira Fernandes
Major Teotónio Pereira
Tenente Barros

OFICIAIS PRESOS

Major Manuel Monge
Major Casanova Ferreira
Major Nuno Bivar
Tenente-coronel Almeida Bruno
Brigadeiro Moraes
Major Joaquim Mensurado
Capitão Almeida Martins
Capitão Sebastião Martins
Capitão Bação Costa Lemos
Tenente Levi Correia
Coronel Calapez Martins

CIVIS PRESOS

Jorge de Melo
Orlando Mário Milhares
Manuel Tainha Marecos Duarte
Quirino dos Santos Mealha
Thomas de Albino Rodrigues Ciriaco
Joseph Tenreiro Theriaga
Nuno Maria da Câmara Bermudes
Luís Filipe Cardoso Passanha Guedes
Amílcar Guerreiro Lagartinho
João António Barradas
José de Jesus Madeira
Domingos Samorano Pina
Francisco Montes Palma Pereira
Eng.º Leal de Oliveira
Dr. Fernandes Nunes Ribeiro
José Dias Caranova Júnior
Francisco Jesuino Morgado da Silva
Luís Arouca
Dr. Vitorino, notário de Ferreira do Alentejo
Lucílio Tomaz Marques
João Nuncio
José Luciano Vilhena Capeto
Dr. João de Sousa Costa
Matos Brás
Jorge Espírito Santo
Manuel Ricardo Espírito Santo
José Maria Espírito Santo
Comandante Ricciardi
Carlos de Melo
Maria Borges Coutinho Espírito Santo Silva
José Roquete
Manuel Couto



SEARA NOVA

EDITORIAL
Sobre o Programa de Política Económica e Social por F. Martins
A Reforma Agrária: Entrevista com Blasco H. Fernandes
Crise Agrícola e Reforma por Eugénio Rosa
O PCP e a Questão das Alianças nos Anos 30 por F. Queiroz
A Contradição Principal do Capitalismo Moderno
Lénine Tal como Foi por G. Cogniot
A Banca e a Sabotagem Económica
Pela Saúde das Classes Trabalhadoras por Alexandre Ribeiro

A PROVOCAÇÃO DE SETÚBAL ANUNCIOU O GOLPE FASCISTA

Os incidentes, ainda recentes, ocorridos na cidade de Setúbal foram já o indicio que a reacção jogava forte na realização de um golpe contra-revolucionário. 11 de Março e o ataque aéreo ao RAL 1 culminaram a escalada que se vinha preparando. Com efeito, assistia-se por todo o País a um avolumar da campanha anticomunista, acompanhada por uma escalada de violência e anarquia. Primeiro, os boicotes violentos a comícios e a encontros de alguns partidos políticos, depois a greve no ensino secundário e que atingiu quase todo o País. Na cidade de Setúbal é criado um clima de conflito para tentar derrubar a Comissão Administrativa da Câmara Municipal a pretexto da admissão de uma telefonista eventual que certas forças reacçãoárias atacavam por ser comunista. Nas faculdades geram-se confrontos com os estudantes progressistas e vale-se ao ponto de tentar sanear estudantes comunistas do Instituto Superior Técnico. E no último fim-de-semana a escalada de violência atinge o cume durante o boicote a um comício do PPD onde, por estranhas razões, os dirigentes locais daquele partido tinham

separado os seus adeptos do resto da assistência. Nos acontecimentos que aí se verificaram há a lamentar um morto e vários feridos, entre os quais um jornalista estrangeiro cuja fotografia foi rapidamente difundida por todos os países capitalistas acompanhada por um noticiário a condizer e onde se procurava destacar uma pretensa onda de violência que Portugal atravessa e o facto de não estarem salvaguardadas as liberdades mais elementares. Por seu turno, o PPD durante uma conferência de imprensa para apresentar a sua versão dos factos ocorridos em Setúbal e muito embora tivesse conhecimento dos agrupamentos políticos que promoveram o boicote ao comício, apenas teve como preocupação dominante atacar o nosso Partido. A campanha anticomunista que estava em marcha, acompanhada por uma difamação constante do Movimento das Forças Armadas — foram distribuídos em profusão, pelos quartéis, panfletos difamando os elementos mais conhecidos do MFA e do Governo Provisório — tinha atingido o seu ponto alto. Começava-se a viver todo o ambiente de incerteza que também antecedeu a intentona reacçãoária

do 28 de Setembro sem que, desta vez, a reacção fizesse o seu jogo às claras.

O clima de violência e anarquia gerado e no qual vários agrupamentos esquerdistas fizeram objectivamente o jogo da reacção indicava claramente o desfecho, felizmente esmagado, de uma tentativa contra-revolucionária.

Sobre este assunto e recordando todos os acontecimentos verificados anteriormente a Comissão Política do nosso Partido publicava no dia 10, segunda-feira, uma nota em que afirmava no final, numa previsão do que depois se iria passar:

O PCP alerta solenemente os inimigos da revolução democrática portuguesa para os riscos de uma escalada de violência que visa manifestamente pôr em causa o processo democrático, criar um clima que impeça a manifestação livre da vontade popular nas próximas eleições — criar condições favoráveis a um golpe contra-revolucionário.

O golpe surgiu efectivamente no dia seguinte. Agora, esmagada que foi a tentativa de revolução reacçãoária, impõe-se tirar as conclusões do que se passou, tapar bre-

chas, separar o trigo do joio, para que mais tarde não volte a surgir nova tentativa para derrubar o processo democrático em curso, no qual as massas trabalhadoras do nosso País têm a primeira palavra a dizer.

Convém meditar sobre as tentativas divisionistas a que os trabalhadores estão sujeitos como é o caso do assalto ao Sindicato dos Metalúrgicos e o boicote, que a direcção do Sindicato dos Químicos fez ao processo eleitoral sonhando, por último, os cadernos eleitorais. Convém meditar sobre a greve do ensino liceal, onde foi manifesta a interferência de elementos reacçãoários. Convém meditar sobre o que se passou em Setúbal onde a acção aventureirista de certos grupos ultra-esquerdistas, atraídos para um isco fácil, ajudaram a campanha anticomunista do PPD no seu papel de vítima. Convém meditar sobre a intensa campanha anticomunista que se estava a desenrolar com a contribuição de muitos agrupamentos da ultra-esquerda, para os quais o principal inimigo é o nosso Partido, esquecendo deliberadamente a reacção que ainda campeia por todo esse País. No caso concreto da AOC, os seus dirigentes numa conferência de imprensa afirmaram mesmo que era preferível apoiar o CDS ao nosso Partido. Convém meditar sobre os acontecimentos do Instituto Superior Técnico, onde estudantes ultra-esquerdistas quiseram sanear estudantes só por eles pertencerem à UEC. Nesse mesmo estabelecimento de ensino durante a semana passada, sucederam-se as cenas de provocação aos estudantes comunistas, que por vezes se transformaram em agressões físicas e interrogatórios semelhantes aos que a extinta PIDE praticava nos seus autos. E, coisa estranha, todas estas acções eram praticadas por estudantes que se dizem ao lado do povo para defenderem os seus interesses. Convém meditar.

Convém meditar e estar vigilante para esmagar logo à nascença todas as inclinações que visem separar o Povo do Movimento das Forças Armadas, que visem atrasar a revolução democrática e social no nosso País, ainda que muitas vezes se apresentem sob uma capa de esquerda, que visem, no fundo, fazer regressar o País ao fascismo e à exploração desenfreada das classes trabalhadoras. Convém meditar e estar vigilante para que os trabalhadores não se deixem arrastar em acções aventureiristas que podem pôr em risco as vitórias já alcançadas. Mas convém, também, meditar e estar vigilante para que na altura própria a acção das massas possa ser decisiva para esmagar definitivamente qualquer intentona reacçãoária que surja.

expressões de violência física como ultimamente se verificou contra estudantes do IST, que os une abertamente. É o ódio comum ao processo democrático e revolucionário cuja base assenta na aliança Povo-MFA.

No sector estudantil tem sido mais possível, dada a sua composição social, desenvolver um clima de conflitos e de deterioração de que a greve dos liceus, estreitamente ligada às manobras reacçãoárias, constitui um claro exemplo.

Mas, atrás de um palavreado pseudo-revolucionário e pseudo-defensor da classe operária, alguns grupos têm tentado também introduzir entre os trabalhadores, a divisão, o anticomunismo e a sabotagem do processo democrático. Para isso lançam mão de formas de acção profundamente antidemocráticas, da calúnia, da mentira, da ameaça, tudo processos que repugnam à classe operária e a todos os trabalhadores.

Na medida em que os trabalhadores reagem a estas tentativas divisionistas e desmascaram as suas origens e intenções, aparece mais a nu a ligação entre os maneios reacçãoários e a acção destes grupos, que caem em acções de verdadeiro gangsterismo.

O assalto do sindicato dos metalúrgicos, a ocupação do sindicato dos químicos e a recusa à consulta eleitoral, cujos ex-dirigentes levaram a sua sem-vergonha até à sonogação dos cadernos eleitorais são exemplos desta actuação aventureirista contra os interesses dos trabalhadores. Tais exemplos mostram a necessidade de intensificar a consciencialização das massas trabalhadoras contra todas estas manobras divisionistas.

Mostram a necessidade de que os trabalhadores em geral se unam cada vez mais profundamente em defesa do processo democrático e revolucionário no qual estão vitalmente interessados e desempenham um papel decisivo.

5. Os protestos dos reacçãoários que tiram os benefícios políticos dos ataques aos seus comícios, procurando apresentar-se aos olhos da opinião pública nacional e internacional como «vítimas» da actual situação política portuguesa, não podem ocultar as violências, obstruções e provocações de toda a ordem contra os comunistas e os seus comícios e sessões de esclarecimento onde impera o caciquismo reacçãoário.

A agressão ideológica deixou as formas verbais para se transformar num verdadeiro surto de violência anticomunista.

Os esforços para isolar os comunistas nas próximas eleições para a Assembleia Constituinte resultarão vãos. Os laços que unem os comunistas ao seu povo reforçam-se na luta diária contra a reacção e os monopólios.

Contra a aliança Povo-MFA se desfazem os intentos dos reacçãoários de todos os matizes e dos seus pontos de lança pseudo-revolucionários.

O PCP alerta solenemente os inimigos da revolução democrática portuguesa para os riscos de uma escalada de violência que visa manifestamente pôr em causa o processo democrático, criar um clima que impeça a manifestação livre da vontade popular nas próximas eleições e criar condições favoráveis a um golpe contra-revolucionário.

Ao lado dos comunistas estão todos os portugueses que querem edificar um país livre, feliz e independente e todos os que vêm na aliança Povo-MFA a garantia do triunfo da democracia em Portugal.

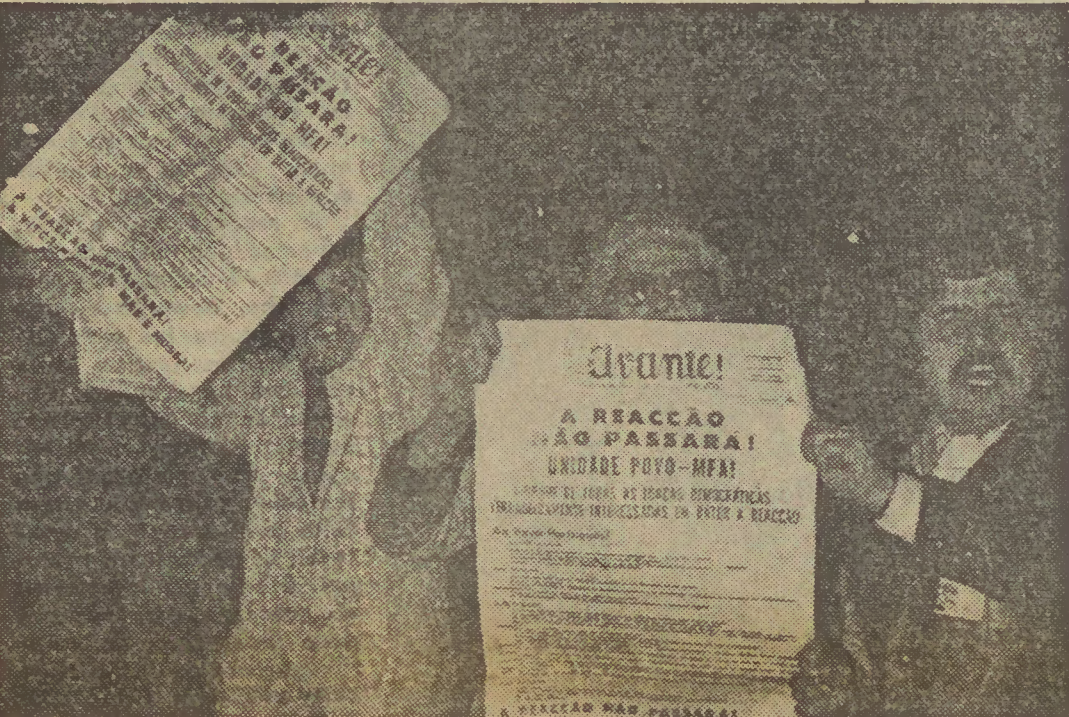
Lisboa, 10 de Março de 1975.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português



POVO-MFA

A aliança do Povo com o MFA, que as forças reacçãoárias novam ente subestimaram, demonstrou mais uma vez não ser uma palavra sem significado. Quando se soube do criminoso ataque ao RAL 1 imediatamente a população veio para a rua disposta a colaborar com as Forças Armadas na defesa da democracia. As imagens que apresentamos são bem o exemplo da aliança que, no 11 de Março, se reforçou. Em cima, a população concentra-se junto do Quartel do RAL 1. Na segunda gravura, um soldado defende o forte do Alto do Duque, onde está instalado o COPCON. Na imagem seguinte, vê-se um aspecto da barreira montada na Portela de Sacavém, onde a população colaborou activamente com os militares. Em baixo, um aspecto do Quartel da GNR, no Carmo, onde os trabalhadores se mantiveram vigilantes até ao desfecho dos acontecimentos. As imagens apresentadas vinculam bem a colaboração do Povo com o MFA na defesa de uma revolução que se pretende beneficie as camadas mais desfavorecidas da população.



O NOSSO «AVANTE!» ESTEVE NO COMBATE

Órgão da vanguarda organizada da classe operária, órgão do Partido Comunista Português, jornal das classes trabalhadoras, o nosso «Avante!», nas horas decisivas da luta contra a intentona fascista, esteve nas primeiras linhas nas mãos de quantos barraram o passo à reacção. A meio da tarde a confiança e a determinação do Partido Comunista Português chegara aos trabalhadores através do número especial do «Avante!», que aos milhares foi distribuído em Lisboa e noutras regiões do País. Erguido como uma bandeira na grandiosa manifestação realizada ao fim da tarde, o «Avante!» esteve com a Liberdade e a Democracia. Ontem de manhã, lançando já as bases da consolidação da vitória, novo número especial!

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

1. Assistiu-se actualmente em todo o País a uma escalada de violência e anarquia inspirada e estimulada pela reacção para servir os seus objectivos de combate ao processo democrático.

O PCP reprovava uma vez mais a agudização deliberada de certos conflitos políticos, a crescente acção desorganizadora da vida económica, os assaltos e ocupações, inclusive de sindicatos e os constantes e cada vez mais graves atentados à ordem e aos princípios democráticos.

2. Uma das práticas prosseguidas nesta campanha de violência e anarquia são os boicotes aos comícios e outras reuniões de partidos de direita através dos quais se procura mostrar que em Portugal não são respeitadas as liberdades democráticas e os direitos dos cidadãos e abrir assim caminho a um golpe das direitas em nome da defesa da liberdade.

Na execução destas operações surgem normalmente pequenos grupos pseudo-revolucionários cuja acção serve objectivamente os fins das forças reacçãoárias.

Os acontecimentos de Setúbal iniciaram-se com o boicote a um comício do PPD que não teria mais do que algumas dezenas de filiações e simpatizantes deste partido.

É sabido que desde sempre o PCP condenou firmemente a prática de «boicotes» a comícios de outros partidos e pela sua parte nunca se envolveu em tais actividades.

No caso de Setúbal, são publicamente conhecidas as organizações que chamam a si a responsabilidade do «boicote» ao comício do PPD. O nosso Partido já definiu a sua posição condenando publicamente o que se passou em Setúbal. Apesar disso, o PPD lança contra o PCP acusações sem qualquer fundamento. Porquê?

O PPD que desde há tempo se vem incorporando com papel destacado na orquestração anticomunista, aparece agora, no estilo da pior reacção, a responsabilizar o PCP por actos que não só não praticou, como expressamente condenou.

Tal como o PPD, o seu órgão oficioso, o jornal «Expresso», que desde há muito está lançado numa actividade divisionista, quer em relação às forças democráticas, quer em relação ao próprio MFA, aproveita os acontecimentos de Setúbal para incrementar os seus ataques ao PCP e exorbitar tudo quanto até agora fizera na deformação dos factos relacionados com a actividade dos comunistas e, faz tudo isto, ao mesmo tempo que insinua a vitória inevitável da contra-revolução, aludindo capciosamente ao 28 de Maio.

O PPD sente-se visivelmente servido pelos incidentes de Setúbal. A exploração anticomunista que procura fazer destes acontecimentos levantar a suspeita da sua própria participação nas provocações de que se apresenta vítima.

3. O clima de violência e anarquia criou as condições propícias ao desencadear de uma vaga de assaltos e ocupações de casas e palácios devolutos, uns, feitos a coberto de objectivos humanitários, mas que a prática mostra de difícil realização, outros, para a resolução estrita de carências de instalações dos próprios grupos, associações ou partidos políticos que os promovem.

Tais iniciativas, mesmo quando os seus objectivos têm cunho humanitário, auxiliam os planos dos conspiradores contra-revolucionários destinados a desautorizar o Governo Provisório, o MFA, todas as autoridades e a mergulhar o País no caos. Tais iniciativas servem ainda à reacção externa e ao imperialismo para a intensificação da campanha anticomunista, para a responsabilização do PCP por acções que reprovam e combatem.

4. É cada vez mais notória a ligação entre a actividade de grupos ultra-esquerdistas e as forças mais reacçãoárias. Não é só o anticomunismo mais feroz que atinge muitas vezes

O POVO PORTUGUÊS ESTÁ COM O MFA

• Manifestações em todo o País saudando a vitória sobre a reacção constituíram expressivas formas de luta

As manifestações populares de intenso repúdio pela conspiração contra-revolucionária de anteontem alastraram a todo o País e o movimento popular de massas mostrou bem a sua força e capacidade de organização, embora nem sempre fosse possível evitar alguma exaltação e incidentes de pouca gravidade.

★ No Porto, a manifestação popular na Praça General Humberto Delgado, que se encontrava repleta, apesar de convocada com uma antecedência de pouco mais de uma hora pelo nosso Partido, o MDP/CDE e outras forças democráticas, galvanizou as massas populares, tendo sido cortado todo o trânsito na baixa citadina. Além da Praça, estava cheia mais de metade da Avenida dos Aliados e as ruas que circundam a Câmara Municipal. A intensíssima participação popular, que secundava com enorme entusiasmo as palavras de ordem contra os reacçãoários e golpistas, foi mais um aviso impressionante aos que pensam poder parar a revolução ou fazê-la voltar para trás.

Longamente interrompido pelos brados de «MFA, MFA», «Vitória, Vitória», e «Soldado Amigo o Povo Está Contigo», o brigadeiro Passos Esmeriz, comandante da Região Militar do Porto, dirigiu-se aos manifestantes que se aglomeraram em grande número junto do Quartel-General. Saudando o apoio popular, o brigadeiro afirmou: «Nós somos os vossos representantes, somos as Forças Armadas de um País, somos as Forças Armadas de um Povo e necessitamos indubitavelmente do apoio de todo o povo, de vós todos que aqui estais.»

«Foi hoje um dia marcado — disse ainda o comandante — por mais uma tentativa das forças contra-revolucionárias que pretendem opor-se ao caminho vitorioso desta nossa revolução para o progresso deste País. Parabéns à comunidade nacional, parabéns ao Povo Português. Foi um dia de vitória contra essas forças.»

★ Em Coimbra, houve variadíssimas concentrações e pode dizer-se que praticamente estava na rua toda o povo da cidade. Milhares de pessoas correspon-

deram aos apelos de atenção e vigilância contra a conspiração reacçãoária. O nosso Partido, como sucedeu por toda a parte, esteve na primeira linha dos defensores da unidade popular e da aliança Povo/MFA, que vieram em massa das fábricas e das lojas. Todo o comércio encerrou, solidarizando-se com as manifestações de protesto e repúdio.

★ No Barreiro, pararam todas as unidades fabris. Os trabalhadores inundaram as ruas, num grande movimento de vigilância, mandando parar e inspecionando os automóveis, em activa colaboração com as Forças Armadas. Apesar da cólera popular (justificadíssima) contra os responsá-

e do MFA, correspondendo perfeitamente aos apelos do nosso Partido e de outras forças democráticas. Em Faro, logo que se soube do levantamento sedicioso em Lisboa, começaram a circular veículos com megafones chamando as massas trabalhadoras e todo o povo a manifestar o seu apoio ao Movimento das Forças Armadas e ao Governo Provisório. Grande parte dos estabelecimentos comerciais, bancos e repartições públicas encerraram para permitir que todos os trabalhadores se manifestassem contra a conspiração reacçãoária.

★ Em Viana do Castelo, a total adesão ao Movimento das Forças Armadas e às forças democráticas que

desejo de fazer avançar o processo revolucionário. Durante a manifestação, foi lido um comunicado conjunto do nosso Partido, do MDP/CDE e do PSP em que se apelava para a vigilância popular e se exigia um saneamento eficaz de todos os indivíduos interessados na contra-revolução. Foram ainda pedidas medidas decisivas contra os monopólios e os latifúndios, com apoio numa forte unidade entre os partidos verdadeiramente democráticos e no reforço da aliança Povo/MFA.

★ Em Beja, a intensa movimentação popular que se desencadeou às primeiras notícias sobre a tentativa de golpe militar reacçãoário caracterizou-se por uma estreita vigilância nas estradas de acesso à cidade, montando-se piquetes e pela aglomeração de grande multidão junto do quartel do R1 3. Manifestando o seu incondicional apoio ao MFA, as massas populares exigiram, indignadamente, a punição dos que ousaram pôr em risco a democracia portuguesa. O tenente-coronel António Canellas, comandante do R. 1. 3, falando à multidão que, mais tarde, se aglomerou na Praça da República, incentivou, emocionadamente, as populações a manterem a unidade em torno das Forças Armadas. O governador civil de Beja, major Brissos de Carvalho, fez a leitura à população de uma declaração subscrita pelo Governo Civil, pela Câmara Municipal de Beja, pela União dos Sindicatos, pelo nosso Partido, pelo PS, pelo MDP e pelo MES. A vibração popular intensificou-se quando a determinada altura o major Brissos referiu:

Ninguém tem o direito de destruir a aliança do Povo/MFA. Ninguém tem o direito de destruir o direito que o Povo tem à liberdade conquistada em 25 de Abril. Quem não está com o Povo? Quem não está com o MFA? Temos de ser francos e censurar a brandura com que todos os reacçãoários têm sido tratados. Chegámos ao alerta. Se fôr necessário não denunciaremos só os traidores, mas prendê-los-emos em nome de um Povo que é e

verdadeiramente conduzem o processo revolucionário no nosso País não deixou dúvidas a ninguém. O repúdio pelas manobras reacçãoárias concretizou-se numa vibrante manifestação em que participaram milhares de pessoas. Os trabalhadores dos Estaleiros Navais interromperam o trabalho e dirigiram-se para o Batalhão de Caçadores 9 onde manifestaram a sua solidariedade para com o MFA e o processo revolucionário em curso.

veis pelo golpe reacçãoário, não se registaram quaisquer incidentes.

★ Em Setúbal, a defesa do processo democrático atingiu grande eficácia, tendo-se caracterizado por impressionante movimentação de massas, sobretudo nos pontos estratégicos mais sujeitos a qualquer manobra. Era notório que toda a cidade estava pronta a enfrentar os acontecimentos, sem prejuízo da serenidade que presidiu à patriótica tarefa. Os estabelecimentos de ensino encerraram de tarde e os estudantes participaram nas manifestações, solidários com as Forças Armadas revolucionárias e com todo o povo.

★ Em Faro, como em todo o Algarve, foi total a coesão das forças do Povo

quer continuar a ser livre. Não queremos Pinochets em Portugal. No átrio desta Câmara encontram-se caçadores que são Povo e que estão dispostos a defender até ao último cartucho a nossa querida liberdade. É o Povo a defender-se. É o Povo a dizer não à reacção. Unidade. Só o Povo unido e vigilante conseguirá destruir o fascismo.

A mesma exortação à vigilância popular e igual exigência de severa punição aos traidores se manifestou na intervenção do presidente do Município, José Carlos dos Reis Colaço.

Uma reunião entre comandos militares e militarizados e os partidos efectuar-se-ia para análise da situação na zona. A vigilância popular mantida nas estradas não abrandaria entretanto. O povo de Beja, organizado e unido em aliança com as Forças Armadas, dispôs-se a defender, firmemente, a situação democrática.

★ Em Portalegre, o trabalho foi interrompido nas fábricas, repartições e outros locais de trabalho. Milhares de operários, de outros trabalhadores e de estudantes vieram para a rua, organizando uma manifestação que não deixou de engrossar até desembocar à porta do Batalhão de Cavalaria 1. Elementos agitadores que, sob a máscara da democracia, fazem o jogo da reacção, lançaram boatos que poderiam ter prejudicado a aliança entre o Povo e as Forças Armadas daquele Batalhão. Não se deixando envolver num clima emocional que poderia ser gravemente prejudicial, o povo aglomerado junto do portão do BCI gritou, veementemente, a sua unidade com o MFA. Falando à população, o tenente-coronel Assunção Velho, comandante daquela unidade, manifestou a sua total fidelidade ao espírito do Movimento do 25 de Abril, agradecendo a presença da multidão que considerou uma prova inequívoca de apoio ao MFA e garantiu a normalidade da situação na zona aos manifestantes. À noite, pelas 21 horas, num grandioso comício convocado pelo nosso Partido, pela

FSP, pelo MDP/CDE e pelo MES, foi analisada a situação política e as medidas a tomar.

Ainda no Alentejo, o povo do Torrão manteve-se vigilante durante toda a noite do dia 11 e, no dia seguinte,

nifestação espontânea concentraram-se junto dos Paços do Concelho pelas 15 horas. Em impressionante cortejo, a multidão dirigiu-se ao quartel de Artilharia 4, onde os oficiais e soldados se solidarizaram imediata-

ções das massas populares incentivando à unidade.

Por todo o país se verificou a mesma manifestação de vontade popular na defesa da situação democrática. Como uma avalanche, o povo veio para as ruas e a sua

CANDIDATOS COMUNISTAS DEPUTADOS DO POVO



COMÍCIO

no Estádio 1.º de Maio para apresentação pública dos candidatos do PCP

DOMINGO, 16 ÀS 15 HORAS

organizou uma manifestação que se prolongou por quase toda a manhã com bandeiras e cartazes do nosso Partido e de outras forças democráticas.

★ Em Leiria, gritando «slogans» de apoio ao MFA, milhares de pessoas em ma-

mente com os manifestantes no repúdio ao atentado reacçãoário. A mesma solidariedade das Forças Armadas se manifestou no Regimento de Infantaria 7, cujos portões foram abertos aos manifestantes, entre os quais se encontravam elementos dos partidos políticos e o governador civil da cidade. Os bancos e vários estabelecimentos encerraram as portas para que toda a população, nas ruas e nas estradas, em piquetes de vigilância, participasse na defesa da democracia.

★ Em Chaves, também, a população afluía às ruas manifestando-se vibrantemente contra os acontecimentos que se verificavam em Lisboa. Os partidos orientaram as movimenta-

presença vigilante e organizada, a sua disposição afirmada por palavras e actos de se manter unido com as Forças Armadas, com o Governo Provisório e com as forças democráticas foi a resposta mais firme que poderia ser dada à reacção. Jornada de resistência e jornada de vitória perante a tentativa contrarevolucionária, o 11 de Março manteve-se à como uma data a não esquecer pelas lições políticas que encerra, das quais a maior é a força das massas populares, a sua confiança no processo democrático que, tal como o Povo Português manifestou em todas as concentrações realizadas, tem de ser correspondida com a firme punição dos reacçãoários e com o avanço da Revolução

AMÉRICO GOMES MORREU HÁ 41 ANOS

«Pela glória, quem não faria grandes coisas? Mas quem as faz pelo olvido?»

Morreu a 16 de Março de 1934 nas mãos da PIDE, não fizera ainda 21 anos.

Militante recém-chegado à organização da Juventude Comunista, em 1933, o jovem operário metalúrgico Américo Gomes é preso nesse mesmo ano na sede do Grupo Esperantista Ocidental, em Santo Amaro, e solto duas semanas depois, por falta de provas. Volta a ser preso em Janeiro de 1934 num comício relâmpago realizado à porta da Câmara Municipal de Lisboa, onde nesse dia havia despedimento de pessoal.

Levado primeiro para a esquadra do Calvário, de onde testemunhas oculares o viram sair com a cara ligada, seguiu depois para a então chamada «leva da morte», mais tarde a sinistra António Maria Cardoso, tendo permanecido incommunicável cerca de 30 dias. Quando foi transferido para o Aljube já expectorava sangue.

O mal agravou-se, sem qualquer assistência médica.

Veio a morrer num quarto isolado da Penitenciária, completamente só, uma bacia cheia de sangue negro ao lado da cama.

Milhares de pessoas o acompanharam ao cemitério da Ajuda no dia 17 de Março de 1934, em derradeira homenagem a mais uma vítima do fascismo, a mais um filho do povo morto pela liberdade.

Cobriu-lhe o caixão a bandeira do nosso Partido, sob a qual lutou e morreu; esta nossa bandeira vermelha, rubra do sangue dos trabalhadores como Américo Gomes.

«Sai da sombra por um momento rostos anónimos, dissimulados, e aceita o nosso agradecimento.»

ASSINA
O
"AVANTE!"



Tal como em Lisboa, em todo o País sucederam-se as manifestações de trabalhadores contra a intentona fascista e reafirmando o apoio do Povo ao MFA

CONSTITUÍDA A UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

Entusiasmo e alegria, essa força que o fascismo não conseguiu quebrar na juventude, encheu, no passado domingo, o Pavilhão dos Desportos durante a jornada de trabalho, mais que nunca motivo de festa, do I Encontro Nacional da União da Juventude Comunista.

Vindos de todos os pontos do País, milhares de jovens trabalhadores comunistas afirmaram inequivocamente a sua combatividade, a decisão inabalável de ocuparem o seu lugar na luta do povo português e de todos os povos do mundo contra a exploração capitalista, pela paz e pela liberdade. Expressão máxima da confiança do nosso Partido nos seus jovens militantes, a criação da União da Juventude Comunista corresponde — como disse o camarada Alvaro Cunhal na sua intervenção, que transcrevemos em separado — à necessidade de uma organização revolucionária autónoma dos jovens trabalhadores comunistas, capaz de atrair os jovens mais combativos e conscientes e de constituir a vanguarda revolucionária da juventude trabalhadora.

A criação da União da Juventude Comunista traduz, também, mais uma prova de força, de vitalidade e da implantação nas massas trabalhadoras do PCP; é mais um valioso contributo à luta pela democracia, pelo socialismo, por uma sociedade sem classes.

É com legítimo orgulho e confiança que a União da Juventude Comunista se propõe levar a cabo a importante tarefa que lhe foi confiada, guiando-se pelos princípios do marxismo-leninismo e empunhando bem alto a bandeira do proletariado revolucionário, a gloriosa bandeira do comunismo.

Muito antes da hora marcada para o início dos trabalhos do Encontro, 10 horas da manhã, começaram a afluír ao Pavilhão dos Desportos numerosas (e ruidosas) delegações de jovens comunistas que, empunhando rubras bandeiras, desfilarão pelas ruas da cidade saudando a manhã e o mundo, pon-do uma nota festiva no domingo citadino.

Na mesa que dirigiu os trabalhos estiveram presentes os elementos da comissão organizadora que preparou o Encontro e ainda os camaradas Alvaro Cunhal, secretário geral do PCP; Octávio Pato, do secretariado da comissão política do CC do PCP; e Jaime Serra do CC do PCP.

No decorrer do Encontro, intervieram 24 jovens trabalhadores de diferentes pontos do País e actividades profissionais, debruçando-se, na generalidade, sobre os problemas que mais afectam a juventude trabalhadora, nomeadamente o desemprego e as discriminações de que são vítimas, bem como as reivindicações específicas da juventude e da classe trabalhadora em geral. Claramente expresso em todas as intervenções foi a imensa alegria e o empolgante entusiasmo com que os jovens trabalhadores de Norte a Sul do País encaram a formação da União da Juventude Comunista.

Constantemente interrompidos pelos calorosos aplausos da jovem assembleia, ou pelas sentidas palavras de ordem vivamente zritadas, os delegados oradores levaram ao Encontro, na linguagem simples e despida de demagogias que caracteriza a juventude trabalhadora, a voz dos pescadores de Sesimbra, dos videiros da Marinha Grande, dos electricistas do Porto, dos trabalhadores rurais de Évora, dos pedreiros de Fafe e de tantos outros, na afirmação unânime de que a juventude trabalhadora comunista não se poupará a esforços e está pronta aos necessários sacrifícios para ser digno do seu partido e do seu povo.

Proclamação da UJC

Já a meio da tarde centenas de delegados votaram e aprovaram: por esmagadora maioria (apenas com 3 abstenções) o texto da proclama-

nómico dos monopólios e dos latifúndios, pela construção de um regime democrático, pelo fim da exploração do homem pelo homem, pelo socialismo e comunismo».

«Luta pelos interesses de classe da juventude trabalhadora»

Na proclamação aprovada, a UJC apresenta os seus principais objectivos de luta. Assim, no capítulo da «Luta pelos interesses de classe da Juventude Comunista», apon-

Neste campo, a UJC apresenta como «objectivos de luta imediatos»: «a luta contra o poder económico dos monopólios e latifundiários, pelo direito ao trabalho e pelo melhoramento das condições de vida da juventude trabalhadora», «a luta pelo direito ao ensino e à cultura», «a luta pelo direito ao desporto e pelo aproveitamento dos tempos livres».

A UJC considera ainda que «a conquista destes objectivos, estreitamente ligados aos objectivos gerais da classe operária e das massas tra-

povo e o País. Os monopólios e os grandes agrários perderam o poder político, mas continuam a deter grande parte do poder económico.» (...) «Sem medidas antimonopolistas e antilatifundistas o processo democrático estagnaria e retrocederia, criando-se condições que permitiriam o restabelecimento de uma nova ditadura fascista. É necessário e urgente arrancar o poder económico aos monopólios e grandes agrários.» Referindo-se ao plano de descolonização, a UJC afirma: «os povos e a juventude por-

sido o mais fiel intérprete dos anseios e aspirações das massas populares e da juventude, e intransigente defensor e propulsor do processo revolucionário», prossegue salientando que, «lutando hoje ao lado da classe operária, das massas populares, das forças progressistas, pela consolidação do processo democrático, pela liquidação do poder dos monopólios e latifúndios (luta esta que é parte integrante da luta pelo socialismo), a União da Juventude Comunista está dando uma importante contribuição para

tico» e «estará aberta à colaboração e unidade com outras organizações juvenis progressistas, definindo-se objectivos concretos de acção».

«A União da Juventude Comunista surge na sequência das tradições revolucionárias da juventude trabalhadora durante a longa noite fascista. É a continuadora da Federação das Juventudes Comunistas e do grande movimento unitário de massas que foi o MUD juvenil. (...) A UJC educa-se no espírito de luta que, nas fábricas, nos campos e nas ruas, animou

Moura Marques da Silva, 20, monitor de natação — Santarém; Domingos Oliveira, 21, serralheiro mecânico — Lisboa; José Pedro Correia Soares, 24, tipógrafo — Lisboa; Maria Graziela de Sousa, 19, operária têxtil — Tortosendo; Anísia da Anunciação Silva, 26, operária de electrónica — Sacavém (Lisboa); Diamantino Patarata Cabrita, 22, electricista — Setúbal; António Lúcio de Carvalho, 23, metalúrgico — Guarda; Gaspar Alberto Ribeiro Gonçalves Pereira, 21, electricista — Porto; Fernando Augusto Correia, 25, metalúrgico — Porto; Fátima Garcia, 20, caixeira — Porto; Vítor Manuel Machado do Guerreiro, 18, electricista — Ermidas-Sado (Santiago do Cacém); Jorge Manuel de Jesus Leite, 23, pintor cerâmico — Agueda (Aveiro); Henrique Florentino Pacheco das Neves, 18, metalúrgico — Aveiro; Vítor Luís da Silva Otão, 22, metalúrgico (Lisnave) — Almada (Setúbal).

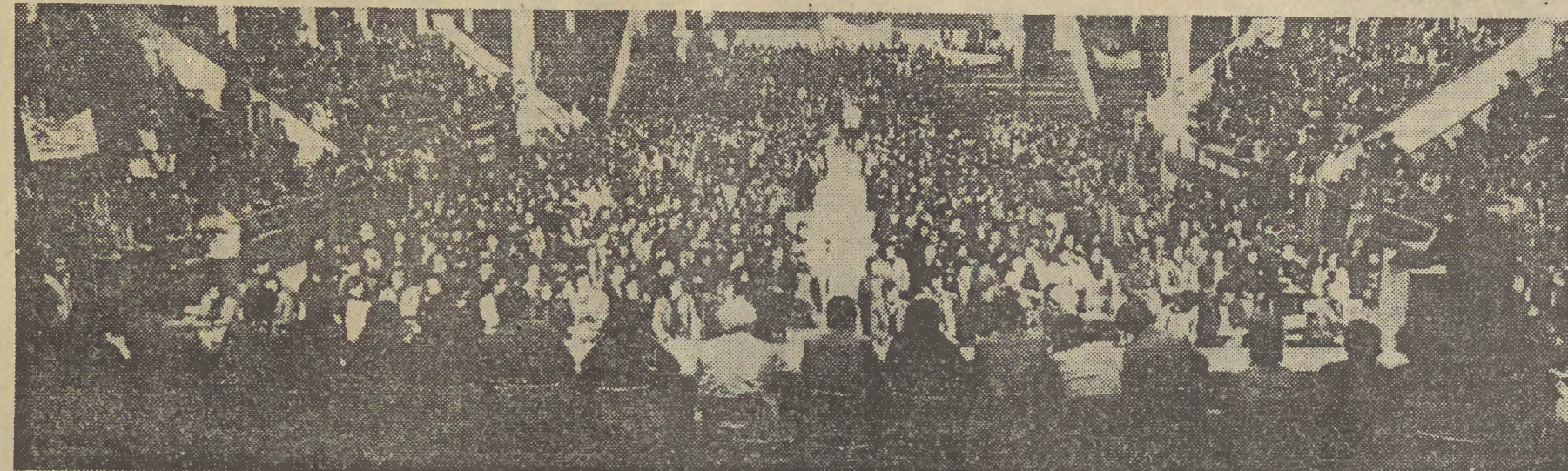
A juventude do mundo saída a UJC

Durante o Encontro, intervieram ainda Joaquim Pina de Moura (da Comissão Central da UJC), Serge Dubrosky (secretário-adjunto da Federação Mundial das Juventudes Democráticas), Jean Michel Catala (do CC do Partido Comunista Francês e do secretariado da JCF) e Cláudio Fuscari (elemento da secção internacional da Juventude Comunista Italiana).

O camarada da FMJD, Serge Dubrosky, ao transmitir à UJC as fraternais saudações de mais de uma centena de organizações juvenis, salientou que os jovens progressistas do mundo inteiro seguem com interesse e entusiasmo a luta da juventude e do povo português, e que o próximo 25 de Abril, 1.º aniversário da revolução triunfante, será uma importante data festejada por todos os povos do mundo solidários com Portugal.

Foram ainda lidas no decorrer do Encontro várias saudações enviadas à UJC, nomeadamente da Juventude Socialista.

A intervenção do camarada Alvaro Cunhal, seguiu-se uma parte de convívio, em que participaram o Grupo Infantil de Vale de Fargos, Intróito, Luisa Basto, Fausto, Jorge Letria e Mário Castrim.



ta-se que: «Apesar das medidas progressistas exigidas e impulsionadas pelo grande movimento de massas e adoptadas pelo Governo Provisório, o poder económico dos grupos monopolistas e dos latifundiários continua sendo o principal entrave à subida do nível de vida dos trabalhadores, ao melhoramento das condições de vida da juventude, no desenvolvimento do processo democrático. Contrariando os interesses vitais das classes laboriosas e do País, os grupos monopolistas tentam apunhalar a ordem democrática e as verdadeiras forças progressistas, servindo-se da sabotagem, dos desdobamentos e de outras formas de acção, para manter a exploração e a miséria da juventude e do povo trabalhador, para travarem a revolução democrática portuguesa, para abrirem o caminho à contra-revolução.»

balhadoras, significará a transformação radical da situação da juventude trabalhadora portuguesa, assegurando-lhe o direito ao trabalho, à vida, ao amor e à felicidade».

«Luta pela edificação do novo Portugal democrático»

No segundo ponto da proclamação recordam-se as liberdades conquistadas com o 25 de Abril e apontam-se a necessidade, no plano político, de «medidas para defender, consolidar e reforçar o novo Estado democrático» e ser «assegurado o exercício efectivo das liberdades conquistadas e o respeito pela ordem democrática».

E continua: «No plano económico é necessário que os recursos, as riquezas, as terras e os capitais sirvam o

tuguesa e africana alcançaram históricas vitórias de indiscutíveis repercussões».

«Hoje, a juventude que ainda vai para África não vai para combater povos irmãos, mas para apoiar a descolonização e o acesso à independência dos povos que se libertam do colonialismo português. A atitude perante o serviço militar tem de ser encaráda hoje de uma maneira diferente. Cumprir o serviço militar, defender os interesses da pátria e do povo, são deveres da juventude no novo Portugal democrático.»

Depois de reafirmar que a UJC «lutará intransigentemente pela unidade da juventude trabalhadora e da juventude em geral, pela unidade das forças democráticas verdadeiramente interessadas na democratização do País», a União da Juventude Comunista proclama «que só a aliança indissolúvel entre o movimento popular de massas e o MFA é garantia do avanço do processo revolucionário. Só o reforço desta aliança assegurará a defesa das liberdades e o prosseguimento da democratização do País. Só a consolidação desta aliança tornará possível mais profundas transformações sociais.»

A concluir, recorda a grande batalha que se aproxima para as eleições da Assembleia Constituinte e afirma que a UJC «lutará com toda a força e energia, no apoio aos candidatos comunistas, candidatos do povo».

«Luta pelo socialismo e o comunismo»

Na última parte da sua proclamação, a UJC começa por afirmar que «procurará atrair a juventude trabalhadora à luta pelo socialismo e comunismo, grandes ideais da juventude», pois «só o socialismo poderá vir a dar soluções a todos os graves problemas com que se debatem a juventude e o povo português, abolindo a exploração do homem pelo homem, pon-do fim para sempre à miséria, ao desemprego e à desigualdade social».

Manifestando a firme decisão da UJC em combater «firmemente a campanha anticomunista e anti-soviética em que participam pseudo-revolucionários, oportunistas e a reacção unindo-se, no plano interno, numa «santa aliança» que define como «inimigo comum» o PCP — que tem

um radioso futuro, para a vitória final do socialismo e do comunismo no nosso país».

Na comissão central da UJC, a classe operária

A Proclamação da UJC termina afirmando estar «aberta a todos os jovens trabalhadores que queiram abraçar os seus objectivos e estejam prontos a lutar por eles»; «educará os seus membros no espírito de inteira dedicação à causa dos trabalhadores e da juventude, (...) nos ideais do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário»; «terá como principais direcções de trabalho as empresas, os campos, as escolas técnicas e outros locais de concentração da juventude trabalhadora, conduzindo-a à participação activa no processo revolucionário que vive-mos»; «regê-se pelos princípios do centralismo democrá-

milhares de jovens comunistas, rapazes e raparigas, a lutarem nas mais difíceis condições, a resistirem ao inimigo, a defrontarem de cabeça erguida a prisão e a tortura, a darem a vida pela liberdade do povo».

Após a aprovação da Proclamação e por proposta do PCP, a comissão organizadora do Encontro passou a ser a comissão central vigente até ao próximo Congresso da UJC. São os seguintes os membros dessa comissão:

Celeste Maria dos Santos Matos, 18 anos, metalúrgica — Alcochete (Setúbal); Olívio Martins das Neves, 23, empregado de escritório — Braga; César Roussado, 29, desenhador — Lisboa; Manuel Alexandre da Luz Pacheco, 17, metalúrgico — Cacém; José da Silva Pereira, 20, electricista — Viana do Castelo; Adelino Guerra Besteiro, 21, electricista — Coimbra; José Luís Marques de Sousa, 20, empregado — Leiria; Carlos Alberto

A SITUAÇÃO NA RÁDIO RENASCENÇA

COMUNICADO DA CÉLULA DO PCP DOS TRABALHADORES DA RÁDIO

A propósito da situação criada na Rádio Renascença — assumo a que o «Avante!» já se referiu — a Célula do PCP dos Trabalhadores da Rádio divulgou, na quinta-feira da semana passada o comunicado seguinte:

A grande contradição que domina a sociedade portuguesa é a que separa as forças progressistas e as contra-revolucionárias. As primeiras procuram fazer avançar o processo revolucionário, lutando pelo reforço do Estado democrático e a defesa das liberdades, pela defesa da estabilidade económica e financeira com vista ao desenvolvimento pelo prosseguimento da descolonização; as segundas procuram entravar o processo, criando um ambiente de perturbação e divi-

são entre os portugueses.

E no âmbito das manobras contra-revolucionárias que surge a tentativa de divisão dos trabalhadores pela sobrevalorização de falsas questões como a questão religiosa.

Nesse sentido, e servindo-se de alguns sectores retrógrados e saudosistas do clero e de certa imprensa reaccionária, a contra-revolução procura agora avançar lançando uma questão religiosa, com base no despetimento, sem justa causa, de 11 trabalhadores da Rádio Renascença Lda.

Como todas as outras grandes ofensivas contra a liberdade, começou a presente manobra reaccionária pela alegação de que as liberdades estão em perigo. Desta

vez procura-se fazer crer que a revolução portuguesa aponta para a restrição da liberdade de culto dos católicos.

Mas a reacção desmascarase a si própria. Com efeito, é a entidade patronal da Rádio Renascença Lda, quem procura desviar um conflito de trabalho, pelo qual é a única responsável, para o âmbito de uma luta religiosa. O Conselho de Gerência da Rádio Renascença quem proibiu a transmissão do terço e da missa que os trabalhadores, num inequívoco gesto de boa vontade e de intenção de não lesar o empenho doutrinário da Igreja, se «ropunha transmitir diariamente, interrompendo para tanto a greve a que foram forçados a recorrer».

De resto, o próprio facto de a programação reaccionária da Rádio Renascença nunca ter sido posta em causa pelo Conselho de Gerência permite uma clara leitura das verdadeiras intenções de quem pretende fíar partido da sensibilidade do momento político, promovendo e organizando o «descontentamento» de algumas camadas da população menos esclarecidas e menos firmes nas suas convicções.

E contra a democracia que está a actuar a entidade patronal da Rádio Renascença. Mas outra coisa não é de esperar de quem acolhe e mantém no seu seio um íntimo colaborador da LP, um dos mais violentos meios de repressão que sustentaram a ditadura terrorista dos monopólios.

Como militantes do Partido dos trabalhadores repudiámos os despedimentos sem justa causa praticados na Rádio Renascença, cuja entidade patronal tenta «assin contribuir para engrassar o caudal dos desempregados e criar um clima de insegurança; condenamos a intransigência do Conselho de Gerência da estação que insiste em bloquear uma situação que os trabalhadores têm procurado resolver; esperamos que, unidos e vigilantes em relação a todas as tentativas para desviar a luta dos seus objectivos, os nossos companheiros da Rádio Renascença procurem as formas apropriadas de desenvolvimento da sua luta, para a consecução de uma reorganização dos seus camadas e a defesa de uma rádio ao serviço do novo português e da democracia.

vez procura-se fazer crer que a revolução portuguesa aponta para a restrição da liberdade de culto dos católicos.

Mas a reacção desmascarase a si própria. Com efeito, é a entidade patronal da Rádio Renascença Lda, quem procura desviar um conflito de trabalho, pelo qual é a única responsável, para o âmbito de uma luta religiosa. O Conselho de Gerência da Rádio Renascença quem proibiu a transmissão do terço e da missa que os trabalhadores, num inequívoco gesto de boa vontade e de intenção de não lesar o empenho doutrinário da Igreja, se «ropunha transmitir diariamente, interrompendo para tanto a greve a que foram forçados a recorrer».

Manifestando a firme decisão da UJC em combater «firmemente a campanha anticomunista e anti-soviética em que participam pseudo-revolucionários, oportunistas e a reacção unindo-se, no plano interno, numa «santa aliança» que define como «inimigo comum» o PCP — que tem

COROS E DANÇAS SOVIÉTICOS

Encontram-se desde a semana passada no nosso País os Coros e Danças dos Sindicatos Soviéticos, que realizam uma digressão por diversas localidades promovida pela Intersindical em colaboração com a FNAT. Os espectáculos são a finalmente dedicados aos trabalhadores e os bilhetes, ao preço de 20\$00, encontram-se à venda nos Sindicatos e Unões.

Depois de actuarem em Évora, Santarém, Covilhã, Lamego e Guimarães, os Coros e Danças estarão hoje em Coimbra, às 21 horas, no Gil Vicente; amanhã, na Marinha Grande, no Sporting Clube, às 21; no sábado em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos, às 16 horas num espectáculo dedicado às Forças Armadas, e às 21 para toda a população; na segunda-feira em Beja, às 21, no Paço Municipal; e na terça no Barreiro, no Pavilhão Gimnodesportivo da CUF, às 21 horas.

O DIA INTERNACIONAL DA MULHER COMEMORADO POR INICIATIVA DO MDM

Por iniciativa do Movimento Democrático de Mulheres e com o apoio de diversas organizações de m o cráticas, comemorou-se por todo o País o dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. Festejado pela primeira vez em liberdade, o dia 8 de Março continua a ser para as mulheres portuguesas uma jornada de luta. Muito continua por fazer, quase tudo, no que respeita à situação da mulher em Portugal. Só a luta quotidiana nas fábricas, nos campos, nos escritórios, no pré-

prio lar, conseguirá derrubar a barreira social, económica e política que até agora tem impedido a mulher de desempenhar o seu papel como parte integrante da sociedade portuguesa.

Do programa das comemorações promovidas pelo MDM à escala nacional recordamos algumas das mais importantes.

Em Lisboa, o MDM levou a cabo, no passado dia 7, no Teatro S. Luiz, uma sessão político-cultural, em homenagem à memória da democrata dr.ª Maria Isabel Abóim Inglês, que se seguiu à entrega, ao meio-dia, na Câmara Municipal, de um abaixo-assinado pedindo que fosse dado o seu nome a uma rua da capital. Na sessão, presidida por Maria Lamas, intervieram o prof. Dias Amado, Maria das Dores Cabrita, Maria de Oliveira, Alice Maia Magalhães e Alvaro Salema. Estiveram presentes, entre outros, o coronel Simões e o alferes Soares, do MFA, o eng. Caldeira Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, dr.ª Maria Isabel Abóim Inglês, filha da homenageada, dr.ª Maria Luísa Costa Dias, da comissão executiva do MDM, dr. Vasco Magalhães Vilhena e prof. Melo de Carvalho, director-geral dos Desportos.

Na segunda parte realizou-se um concerto de música contemporânea com Anabela Chaves e Aníbal Lima, declamadores de poemas por Rogério Paulo, Henriqueta Maya e Carlos César, seguidos de canto livre em que participaram Luisa Basto, Intróito, Jorge Letria e José Barata Moura.

A Comissão do MDM das Cidades da Rainha organizou também um programa comemorativo do Dia Internacional da Mulher, que integrou uma exposição fotográfica sobre «A mulher no mundo» patente ao público na Sala de Turismo. Por sua vez, o Grupo Cultural do Sindicato de

Seguros de Lisboa realizou, na sua sede, um colóquio subordinado à situação da mulher na actual sociedade portuguesa.

As comemorações do Dia Internacional da Mulher culminaram, no dia 8, com um desfile popular dos Restauradores à Praça do Comércio, onde se realizou um comício, seguido de espectáculo de

Teatro, pelo Grupo Adoque, e finalizando com exibição de um grupo folclórico e canto livre.

A noite, no Teatro da Trindade, foi exibida a peça de Bertolt Brecht, «As Espingardas da Mãe Carrar», consagrada pela Companhia da Casa da Comédia ao primeiro 8 de Março comemorado em liberdade, em Portugal.

DESPORTO NOVO PARA O NOSSO PAÍS

Repensar as finalidades do desporto e contribuir para uma tomada de consciência política sobre os problemas do desporto foram os objectivos que orientaram a realização do Encontro Nacional do Desporto cuja fase de preparação durou três meses. No plenário com que se encerrou o ENDO realizado no passado dia 9, no pavilhão central do Instituto Superior Técnico, estiveram presentes na mesa de honra o secretário do Estado dos Desportos, eng.º Casanovas; director-geral, prof. Melo de Carvalho; prof. António Sousa Santos, além de outros elementos.

Entre as várias moções aprovadas salientam-se pela sua importância as que foram apresentadas sobre Desporto de trabalhadores. Proposta para formas práticas de salvamento de certos organismos desportivos transformação do desporto elitista em desporto de massa, consignação na nova Constituição da prática desportiva como direito fundamental do cidadão, etc. Estas moções foram aprovadas por maioria esmagadora de cerca das 1900 pessoas presentes e coincidem com as posições sobre o desporto português contidas num documento apresentado ao ENDO por um grupo de trabalho do nosso Partido. «Contribuição para um desporto novo em Portugal», assim se intitula o referido documento que constitui um estudo completo uma análise orientadora doravante indispensável para a transformação do desporto e da educação física no nosso País.

Deste modo, o nosso Partido assumindo as suas responsabilidades perante a resolução dos problemas nacio-

nais tem contribuído de forma muito importante, através de um grupo de militantes bem dentro de tais problemas, para levar para diante (dentro do que está, aliás, consignado pelo nosso Programa sobre esta questão) o desenvolvimento de uma actividade que se inscreve nas necessidades objectivas do actual processo de democratização em curso no nosso País.

Considerando que: 1 — A prática desportiva é um direito do homem; 2 — O conceito e a existência, comum e universalmente aceites, de uma correcta prática desportiva, exigem uma sociedade autenticamente democrática, como condição «sine qua non»;

3 — As forças políticas mais representativas do País afirmam a intenção de construir uma sociedade democrática e como tal respeitadora dos legítimos interesses da pessoa humana;

4 — No ENDO tem constituído expressão viva e continuada das delegações de todo o País, a afirmação do reconhecimento do direito de acesso do cidadão a todos os bens da cultura.

Propõe-se a seguinte moção, a fim de ser enviada em caso de aprovação ao Presidente da República, ao Governo Provisório, à Comissão Coordenadora do MFA à Junta de Salvação Nacional e aos partidos políticos:

A inclusão formal e vinculada expressa, na Constituição Política a elaborar brevemente, não só do direito de todo o cidadão à prática desportiva e à cultura do corpo, mas ainda de um conceito correcto das mesmas.

VIGILÂNCIA E LUTA CONTRA O DESEMPREGO

A sabotagem económica toma aspectos cada vez mais sub-reptícios e perigosos, exigindo um acréscimo de vigilância das massas populares e dos organismos que legitimamente as representam. Frequentemente, surgem casos como o da IBM onde, segundo informações que reputamos fidedignas, se recusam encomendas a um cliente que gasta dezenas de milhares de contos por ano, com exigências de pontualidade que nunca fez, ignorando o facto de o circuito de pagamentos estar um pouco atrasado.

Essa grande multinacional, com sede nos Estados Unidos, que só estará em Portugal enquanto lhe convier, serve cerca de 70 por cento do parque nacional de grandes computadores. Habituada ao descarado proteccionismo fascista e aos lucros desmedidos, afirma agora que nada tem a ver com a conjuntura nacional e aumentou as suas tabelas em 15 por cento para os equipamentos (computadores e acessórios) alugados e em 22 por cento para a manutenção dos equipamentos comprados.

Informações condizentes e de várias fontes alertam-nos também para a urgência em vor como são autorizadas as transferências para pagamento a firmas estrangeiras do Know-how (tecnologia, serviços técnicos) e de materiais importados, bem como de trabalhos de «engineering» (estudos, projectos e desenhos), que podem ser executados por firmas portuguesas. Existem acordos entre capitalistas portugueses e firmas estrangeiras no sentido de estas lhes debatarem valores acima dos autênticos, para que, depois de transferidos, sejam postos à disposição desses capitalistas em bancos estrangeiros. Assim se faz sair dinheiro do País e se evita a criação de postos de trabalho. Casos destes estão sobretudo a passar-se com o «projecto de Sines». As autorizações necessárias para essas transferências são concedidas pelo Banco de Portugal, mediante parecer da Direcção-Geral dos Serviços Industriais.

Os trabalhadores denunciam estas atitudes e o perigo que representam para o processo democrático em curso, fazendo valer ao mesmo tempo o direito ao trabalho e à garantia de emprego. É necessário, porém, que as entidades oficiais nomeadas para a defesa da economia nacional, nomeadamente contra a sabotagem, estejam por sua vez vigilantes e actuem contra as manobras subitas do grande capital, protegendo o emprego e secundando as tomadas de posição dos trabalhadores.

Entretanto, várias empresas, prósperas ou em boa situação até há poucos meses, alegam repentinamente dificuldades financeiras insuperáveis, que vêm a dar sempre no mesmo: salários e subsídios em atraso, recusa de pagamento, despedimentos abusivos, ou tentativas para os levar a cabo. É o que, entre os casos mais recentes, está a suceder na Buecense e outras empresas do Grupo Sernache (os trabalhadores pedem a nacionalização), na Plasmetal — Plásticos e Metalurgia, Lda, (ameaça de paralisação), e na Novobra.

A mobilização e a capacidade de iniciativa dos trabalhadores, permanentemente ameaçados de desemprego, têm proporcionado formas de luta adequadas a cada caso e à situação de cada empresa. Mas há firmas onde, por mais correcta que seja a actuação dos trabalhadores, nenhum passo se adiantará sem estudos adequados da capacidade produtiva, sem peritagens honestas e esclarecedoras, sem auxílios que protejam o direito ao trabalho estimulando a produção. Daí o ser imprescindível que se avance nesse campo, incentivando os créditos às pequenas e médias empresas que demonstrem ter capacidade para progredir sem afetar contra o processo de democratização em curso no País.

Álvaro Cunhal no Encontro da União da Juventude Comunista

O MOMENTO POLÍTICO E AS TAREFAS DA JUVENTUDE

Camaradas;

Pessoas mal informadas pensarão talvez que este Encontro e a decisão de criar a União da Juventude Comunista marca o início da actividade da juventude comunista em Portugal. A verdade é que a juventude comunista tem grandes tradições de luta e nem no tempo do fascismo nem depois do 25 de Abril, deixou um só momento o combate.

As formas de organização e acção dos jovens comunistas variaram através dos tempos. Tivemos durante muitos anos a Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas. Por iniciativa do Partido e da Federação, formou-se mais tarde o MUD Juvenil. Mas mesmo em períodos em que não houve uma organização nacional da juventude comunista, houve sempre actividade dos jovens comunistas.

Na actualidade, existe uma organização dos jovens comunistas estudantes — a União dos Estudantes Comunistas (UEC), mas não existe organização semelhante dos jovens trabalhadores. Ao Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT) pertencem sem dúvida muitos jovens comunistas. Mas a organização e o movimento respectivo têm um carácter unitário que pensamos ser de manter.

O Partido sente legítimo orgulho pela actividade inafatigável, por vezes heróica, dos jovens comunistas da UEC e dos jovens comunistas do MJT.

A UEC faz hoje frente com coragem à ofensiva da Santa Aliança de forças reacção e oportunistas nas escolas. O MJT tem desempenhado e continua a desempenhar um papel de alto valor para a organização e a luta da juventude trabalhadora.

Entretanto, o problema da organização comunista da juventude trabalhadora estava por resolver.

Depois do 25 de Abril, aumentou consideravelmente o número de jovens comunistas organizados no Partido e noutras organizações e aumentou também a sua influência nas massas juvenis. A dispersão orgânica tornou-se, porém, um sério entrave ao desenvolvimento da actividade revolucionária da juventude trabalhadora.

A criação da União da Juventude Comunista corresponde à necessidade de uma organização revolucionária autónoma dos jovens trabalhadores comunistas, capaz de atrair os jovens mais combativos e conscientes e de constituir a vanguarda revolucionária da juventude trabalhadora.

O Comité Central do Partido saudou calorosamente o 1.º Encontro Nacional da Juventude Comunista, felicitou-o pelo êxito dos seus trabalhos e saudou também, por intermédio dos delegados ao Encontro, os jovens comunistas de todo o País, confiante em que todos saberão estar à altura das suas novas e grandes responsabilidades.

Este Encontro realiza-se num momento grave da revolução democrática portuguesa.

Os acontecimentos não deixam mais margem de dúvida: a reacção lançou uma nova grande ofensiva com vista a obter, a curto prazo, antes das eleições, ou através das eleições, uma mudança da situação política.

Precisamente no momento em que se aproximam as eleições,

que deveriam desenvolver-se num ambiente de calma e segurança, precisamente no momento em que o MFA está tratando da sua institucionalização, precisamente no momento em que se discute a possibilidade de uma plataforma comum para a Constituinte, assiste-se a numerosas acções de carácter provocatório e reacçãoário, que, obedecendo manifestamente a uma inspiração centralizada, visam uma rápida e extrema agudização de conflitos sociais e políticos, a desorganização da vida económica, a criação artificial de um ambiente de choque e de conflitos violentos, tudo tendente a uma condenação da situação democrática actual e à abertura das possibilidades da instauração de um governo reacçãoário da direita ao serviço dos monopólios e dos latifundiários.

Explorando dificuldades reais, procuram multiplicar-se e precipitar-se greves, manifestações e confrontos violentos contra o Governo e contra o MFA. A anunciada greve na TAP, certas manifestações de rua, os golpes de mão contra sindicatos, autarquias e escolas servem a reacção e não os trabalhadores.

O esquerdismo pseudo-revolucionário confirma uma vez mais o seu papel. As suas actividades inserem-se, não na luta do povo e das forças revolucionárias para fazer progredir o processo democrático, mas na ofensiva da contra-revolução para liquidar as liberdades.

A partir da provocação de 4 de Novembro contra a sede do CDS em Lisboa, certos actos de provocação, como os boicotes violentos de congressos de comícios de partidos da direita, aparecem como movidos por grupos que se chamam de extrema-esquerda.

Mas esses actos coincidem de tal forma com os objectivos da reacção que procura pretextar golpes das direitas em nome das liberdades cujo exercício estaria a ser impedido pela esquerda; esses actos provocatórios são de tal forma utilizados em Portugal e também no estrangeiro para por eles responsabilizar o Partido Comunista que, entretanto, severamente os combate; esses actos provocatórios beneficiam de tal modo os planos da reacção que quase é de admitir que os próprios fascistas e as próprias «vitrinas» de direita apareçam mascarados de esquerdistas a fazer as provocações contra si próprios.

O povo português está farto deste ambiente de conflitos constantes, de barulho e de provocações de grupos irresponsáveis. Está farto de pagar milhões de contos para escolas que pequenos grupos de estudantes que não estudam e de outros que não são estudantes não deixam funcionar. Está farto de grupos políticos que não fazem mais nada senão provocar conflitos, desordens e assaltos a sindicatos, a escolas e a outras instalações, numa obra de divisão e de desagregação que não apresenta um único elemento útil para a construção de uma nova sociedade democrática.

A reacção, vê-se bem, prossegue os mesmos objectivos que definiu desde o 25 de Abril: isolar, enfraquecer, desanimar, cansar, paralisar, tornar incompetentes e aniquilar, se possível, as principais forças que defendem o processo democrático, pôr o MFA fora da cena política portuguesa, afastar o PCP do Governo Provisório, desarticular e dissolver as organizações sindicais e todas as organizações democráticas de vanguarda.

Que não restam dúvidas a ninguém. Se esses objectivos fossem alcançados, a reacção ficaria com o caminho livre para um curto prazo liquidar as liberdades e instaurar uma nova ditadura.

A campanha anticomunista que atinge uma violência que jamais alcançou em 50 anos de fascismo, desempenha importante papel na ofensiva contra-revolucionária. Essa campanha não visa apenas o PCP, mas todas as forças progressistas, todas as forças populares e democráticas que logo são apelidadas de «comunistas», desde que se mostrem dispostas a defender a liberdade e a fazer prosseguir o processo revolucionário.

É necessário reagir e reagir prontamente à ofensiva da reacção. O povo português não se deve deixar intimidar pela actual arrogância da provocação reacçãoária.

Nós já ouvimos a mesma arrogância noutras momentos difíceis do processo democrático desde o 25 de Abril. Nós ouvimo-la, camaradas, em Junho, quando da tentativa do golpe do então ministro Palma Carlos, nós ouvimo-la mais tarde, quando da nova tentativa da «maioria silenciosa» polarizada em volta do então presidente da República, general António Spínola. Hoje, novamente, nós ouvimos essa mesma arrogância da reacção. Em Junho e em Setembro a arrogância não impediu que a reacção fosse derrotada. Hoje também temos razão para confiar que se a reacção tentar nova ofensiva com vista à liquidação da democracia no nosso País, novamente ela será derrotada.

Medidas urgentes indispensáveis

As forças da democracia e do progresso, se unidas, confiantes e decididas a agir, estão em condições de fazer frente à ampla ofensiva de provocações divisionistas e desagregadoras, de esmagar qualquer preparação de aventuras contra-revolucionárias e assegurar a realização de eleições em condições de liberdade.

A expectativa seria, porém, perigosa.

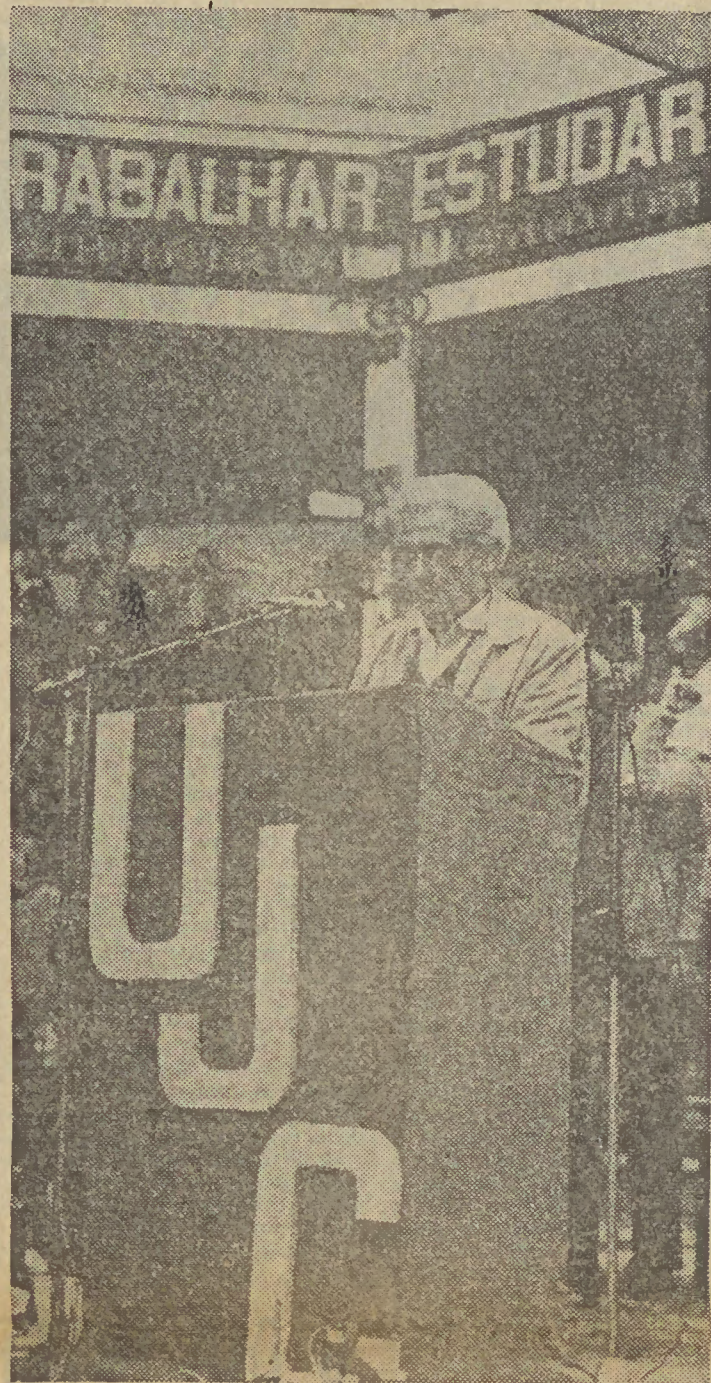
Para fazer frente à situação e impedir que ela se degrade rapidamente, são indispensáveis medidas urgentes de carácter político e económico.

No plano político, é indispensável: reforçar o aparelho do Estado democrático, procedendo as necessárias reestruturações, efectuando o saneamento e colocando em todos os cargos de responsabilidade pessoas dedicadas à causa da democracia; tomar medidas sérias contra actividades contra-revolucionárias, castigando os autores e cúmplices de desordens e violências e os conspiradores reacçãoários.

No plano económico, é indispensável: pôr imediatamente em prática um verdadeiro controlo do poder económico; tomar energéticas medidas contra a sabotagem económica que, provocada pela banca privada e pelos grupos monopolistas, está conduzindo o País à desorganização e ao caos; não hesitar na nacionalização dos bancos e empresas que sabotam a economia; aplicar, sem perda de tempo, as leis já aprovadas relativas à agricultura; congelar os preços; — diminuir os altos rendimentos e restringir radicalmente os consumos sumptuários, designadamente de artigos importados.

Estas medidas não podem ser consideradas para um «curto prazo», indefinido, que, com a lentidão do nosso aparelho estatal burocrático em alguns departamentos, pode significar semanas, meses, isto para não dizer anos. Trata-se de medidas que se torna necessário aplicar já, sem perda de tempo, e já deve significar, se possível, uma questão de dias. Se a urgência de certas intervenções não é assim considerada, corre-se o risco de uma cada vez mais rápida degradação da situação económica e social, cada vez mais difícil de recuperar.

A situação económica a que a reacção e os monopólios conduziriam Portugal não poderá ser melhorada apenas por decretos. Só pode



ser melhorada com a participação activa dos trabalhadores e com a sua disposição, se necessário, a trabalhar mais e com mais intensidade.

Isso é perfeitamente possível. Mas sob uma condição. De os trabalhadores saberem que o produto do seu trabalho suplementar não vai beneficiar os grandes capitalistas que são directamente responsáveis pela grave situação que o País atravessa. Os que criaram dificuldades devem ser os primeiros a pagá-las.

Todos assistimos à campanha que alguns partidos fazem contra o PCP, contra o Governo Provisório e contra o MFA. Como classificar, senão de demagógica, a acção daqueles que no Governo não levantam um dedo contra certas medidas, e depois cá fora, protestam veementemente contra elas?

O momento chegou em que os partidos políticos, nomeadamente os da coligação, têm de definir claramente os seus propósitos. A hora da opção é agora e não depois das eleições.

O que quer o PPD? Passar de vez para a banca da reacção, como muitos dos seus papéis e algumas das suas actividades parece indicar, ou tentar ainda prosseguir uma política de coligação com as forças democráticas? É o momento de responder, não apenas em termos gerais, mas pelos actos. E o que quer o PS? Uma aliança com as forças democráticas contra a reacção e contra o poder económico dos monopólios, ou um pacto com a reacção e os monopólios, contra os trabalhadores, contra o PCP e outras forças democráticas?

Uma vez mais declaramos solenemente: é tempo de nos sentarmos a uma mesa e debater todos os problemas de interesse comum. Apesar de todas as dificuldades anteriores, o PCP está pronto a cessar a polémica pública nos termos em que ela se tem desenvolvido e a estabelecer formas de cooperação com o PS. Mas não se pode perder tempo. Hoje é possível. Se a situação se deteriora, dentro de dias pode ser extraordinariamente mais difícil.

Nós ouvimos aqui uma saudação enviada para a mesa pelos nossos convidados da Juventude Socialista. Eu creio que é uma saudação em termos amistosos e que temos razão de estar satisfeitos com o facto dos socialistas presentes a este Encontro terem entendido dever enviar essa saudação aos jovens comunistas.

Todos nós sabemos das dificuldades surgidas, em centros operários e em escolas, entre os jovens comunistas e as juventudes socialistas. Há dificuldades reais. Não devemos ignorá-las. Não é de um momento para o outro que se podem atrair todos os factos, todos os acontecimentos graves para trás das costas. Mas pergunta-se: há alguma diferença de interesses entre um jovem trabalhador comunista e um jovem trabalhador socialista? Não há qualquer diferença de interesses. Os interesses são os mesmos e, bem vistas as coisas, os seus objectivos de classe são os mesmos e as suas aspirações são as mesmas.

Não estarão interessados, tanto os jovens trabalhadores comunistas como os jovens trabalhadores socialistas em juntarem os seus esforços na luta contra a exploração? Não estarão interessados em juntarem os seus esforços na luta contra os monopólios, em juntarem os seus esforços nos campos na luta contra os latifundiários?

Seja o que for que pensem os jovens socialistas, essa identidade de classe existe e nada pode destruí-la. E não apenas em relação aos jovens socialistas. Os interesses da classe operária são os mesmos, os seus objectivos, os objectivos da luta de classe são os mesmos, seja o que for que pensem cada operário individualmente considerado.

Cabe-vos a vós, à União da Juventude Comunista, dar resposta aos jovens socialistas. Mas creio que não deixareis de considerar toda a necessidade, ao nível das empresas, ao nível dos sindicatos, assim como nos campos, de encerrar todas as possibilidades de unir a juventude trabalhadora na luta contra os inimigos comuns.

Naturalmente que o problema da unidade entre socialistas e comunistas não é apenas das juventudes, é também dos partidos. E assim, como acabo de dizer palavras favoráveis à unidade entre as juventudes socialistas e comunistas, também se pode lembrar que em alguns casos certas divergências e certos ataques do Partido Socialista ao Partido Comunista foram feitos através das organizações da Juventude Socialista, em centros industriais e em algumas escolas. Isso é sabido. Portanto será possível e necessário, se houver uma troca de impressões entre jovens comunistas e socialistas, examinar todos esses problemas e ver em que medida as coisas se podem modificar no futuro.

Se se pudessem modificar, haveria razões para todos ficarmos satisfeitos. Mais ainda: em relação ao Partido Socialista, se vós me permitis, eu aproveitaria a ocasião única de ouvir esta mensagem tão

fraterna de socialistas dirigida a comunistas (coisa que já há muito não ouvia) para, com a vossa permissão, pedir aos nossos amigos, e digo nossos amigos porque se escreveram sinceramente aquela mensagem de nossos amigos se trata, de transmitir ao seu artigo o ambiente unitário e fraterno vivido no Encontro da Juventude Comunista, e de dizerem ao seu Partido que os convidados do PCP a este Encontro da Juventude Comunista expressaram o propósito de o Partido Comunista se encontrar com o Partido Socialista a fim de examinar todos os problemas de interesse comum e ver, se sim ou não, é possível chegar a uma cooperação com vista ao futuro de Portugal democrático.

A classe operária, os camponeses, as massas populares não podem ficar paradas à espera dos acontecimentos. O reforço rápido da organização, a realização de muito amplas assembleias para debater os problemas e encontrar soluções, a continuação dos esforços para fazer andar empresas em dificuldades e cultivar campos abandonados, a reclamação ao patronato e ao Governo das medidas consideradas necessárias são algumas das formas como pode ter lugar a intervenção popular.

No momento que vivemos, dada a intensidade da provocação reacçãoária, é particularmente perigosa a deterioração da situação social. Neste momento, uma vaga de greves e manifestações só a reacção poderia aproveitar.

O PCP confia na consciência de classe e na elevada noção da responsabilidade dos trabalhadores e está certo que as manobras reacçãoárias (incluindo as dos esquerdistas) serão isoladas e vencidas.

É nesta situação extraordinariamente complexa que se cria a União da Juventude Comunista. A complexidade da situação indica por si só a complexidade das tarefas que esperam a nova organização.

As tarefas fundamentais da Juventude Comunista decorrem das tarefas gerais que se colocam à classe operária e ao Partido.

Conforme proclamação que será discutido e aprovado neste Encontro, a luta da Juventude Comunista terá três grandes direcções:

a) a luta em defesa dos interesses vitais de classe da juventude trabalhadora;

b) a luta em defesa da liberdade e para a construção de um Portugal democrático;

c) e a luta pelo socialismo e o comunismo.

Trata-se na verdade dos grandes problemas que a juventude trabalhadora enfrenta no momento presente.

É necessário intensificar a luta contra os despedimentos, contra o desemprego, contra as discriminações profissionais e salariais que atingem os jovens trabalhadores.

É necessário intensificar a luta pelo direito ao ensino e à cultura, pelo direito ao desporto e aproveitamento dos tempos livres.

É necessário intensificar a participação da juventude trabalhadora na luta política que o povo português trava para a construção de um novo Portugal democrático, um Portugal em que o povo usufrua das mais amplas liberdades e que, libertado do poder económico dos monopólios e dos latifundiários, permita a elevação do nível de vida material e cultural das massas trabalhadoras.

É necessário apresentar constantemente à juventude trabalhadora a perspectiva mais ampla da actual luta pela democracia, a perspectiva do futuro Portugal socialista.

A nova situação política democrática obriga a considerar a uma nova luz alguns conceitos e formas de comportamento.

É o que sucede com a atitude da juventude comunista em relação ao trabalho, ao estudo e ao manejo das armas.

EM RELAÇÃO AO TRABALHO, é evidente que a juventude trabalhadora, assim como a classe operária em geral não está interessada em trabalhar mais em benefício dos capitalistas, mas tão pouco está interessada em que a intensidade e a produtividade baixem tanto que a economia portuguesa seja conduzida a um colapso. Por isso, nas fábricas e nos campos, os próprios trabalhadores estão interessados em assegurar que os trabalhos se desenrolem normalmente, que os horários se cumpram, que se não introduza uma disciplina generalizada que conduza a maiores dificuldades na produção nacional.

A nova atitude em relação ao trabalho coloca-se já hoje onde o Estado intervém e onde os capitalistas desaparecem total ou parcialmente.

No novo Portugal democrático, que com tantas dificuldades vamos delineando, surgem novas situações, em empresas e em herdades, onde os trabalhadores e o Estado tomam conta da direcção do processo de produção. Isso passa-se em certos ramos de empresas nacionalizadas e em herdades abandonadas tomadas pelos trabalhadores para cultivo.

Nas fábricas e nos campos, os trabalhadores têm dado extraordinários exemplos de dedicação, de trabalho árduo em defesa dos seus interesses e em defesa dos interesses da economia nacional. Nunca como nos últimos meses se mostrou à evidência, nos próprios factos, que os interesses dos monopólios e dos latifundiários são contrários aos interesses do País, e que os interesses das classes trabalhadoras se identificam inteiramente com os interesses nacionais.

Nos casos dessas empresas e dessas herdades, os jovens comunistas têm o dever de trabalhar esforçadamente para que a empresa ou herdade sejam economicamente viáveis e assegurem trabalho regular.

Nas primeiras cooperativas ou herdades do Estado, ou empresas do Estado com gestão mista dos trabalhadores, os jovens comunistas devem dar exemplos de trabalho esforçado, trabalhando mesmo mais do que anteriormente, aceitando se necessário ganhar menos, por-



que do êxito ou da derrota dessa empresa ou cooperativa pode depender em larga medida o êxito da luta antimonopolista e antilatifundista.

O Portugal democrático caminhando para o socialismo não se poderá construir trabalhando menos, mas sim, na medida em que reformas são efectuadas, trabalhando mais.

Estamos certos de que a vanguarda revolucionária da juventude

trabalhadora, a UJC assim o compreenderá e actuará de forma correspondente.

EM RELAÇÃO AO ESTUDO, problema semelhante se coloca. Para construirmos um Portugal democrático, para desenvolvermos a indústria e a agricultura, necessitamos de quadros técnicos bem preparados. Uma parte importante dessa preparação é alcançada na escola, mesmo que o ensino não esteja ainda convenientemente organizado nem convenientemente orientado.

As escolas que custam milhões de contos ao País são para estudar e não para serem terreno permanente de intermináveis discussões, de assembleias coagidas por grupos provocatórios, de golpes de mão, de agressões e espancamentos.

A situação é diferente nas escolas técnicas, frequentadas por trabalhadores-estudantes e nas universidades, frequentadas na esmagadora maioria por estudantes oriundos das classes burguesas, muitos deles trazendo, como selo de origem, o amor pela ociosidade e o parasitismo.

Os jovens comunistas têm o dever de estudar esmeradamente a fim de aprenderem e de conseguirem melhorar os seus conhecimentos, de se tornarem quadros aptos às suas tarefas profissionais.

O novo Portugal democrático caminhando para o socialismo não se poderá construir estudando menos, mas estudando mais.

Finalmente, EM RELAÇÃO COM O MANEJO DAS ARMAS.

No tempo da guerra colonial, o PCP apelou para a resistência activa e passiva dos militares, oficiais e soldados contra a guerra. Apelo especialmente para a deserção.

A situação política modificou-se, a guerra colonial acabou. A atitude dos jovens em relação com o serviço militar modificou-se também.

Os jovens comunistas devem prestar serviço militar com a consciência de que o Portugal democrático em formação, assim como precisa de bons trabalhadores, precisa de bons soldados.

Pela nossa parte, tudo faremos para que a revolução portuguesa prossiga sempre com o cravo na espingarda. As forças políticas responsáveis, a classe operária, as massas populares, estão profundamente interessadas em que assim suceda.

Infelizmente, a reacção não tem os mesmos sentimentos nem os mesmos escrúpulos, nem os mesmos propósitos.

País que faz uma revolução sem tiros e inicia transformações políticas e sociais profundas, país ameaçado pelas forças reacçãoárias que ficaram praticamente intactas, necessita de cuidar da sua defesa interna e externa.

Os jovens comunistas deverão no serviço militar aprender seriamente o manejo das armas e estar nas primeiras linhas como soldados aptos ao combate.

Os jovens comunistas devem aprender o melhor que possam o manejo das armas a fim de serem bons soldados nas Forças Armadas portuguesas educadas pelo heróico MFA.

A juventude comunista tem grandes tradições no movimento revolucionário português.

Nas duras condições do fascismo, em que a luta revolucionária exigia forte tempera para as dificuldades e os perigos, a juventude encontrou-se sempre ao longo dos anos nas primeiras filas de combate.

Nas lutas nas fábricas e nos campos, os jovens trabalhadores encontraram-se sempre nas primeiras filas.

Aos jovens foram sempre confiadas tarefas de perigo e jovens comunistas foram constantemente chamados pelo seu Partido para substituir camaradas presos ou assassinados.

Os jovens revolucionários, rapazes e raparigas, desempenharam tarefas de grande confiança e responsabilidade, e mostraram ser merecedores da confiança que o Partido neles depositou.

Há jovens, rapazes e raparigas, que a partir dos 13 e 14 anos entregaram ao Partido e à luta clandestina as suas vidas. Há jovens que asseguraram os serviços de tipografia clandestinas, há técnicas das mais alta responsabilidade. Há jovens que souberam sofrer de boca cerrada cruéis e prolongadas torturas, souberam defrontar de cabeça erguida os tribunais fascistas e suportar longas condenações. Muitos jovens souberam morrer assassinados pelo inimigo fascista, dando as suas vidas pela causa da liberdade, do socialismo e do comunismo.

A classe operária e a sua vanguarda revolucionária, o PCP, têm justo motivo de orgulho nos jovens comunistas, muitos dos quais admitidos no Partido.

Muitos dos nossos camaradas do Partido militaram nas juventudes comunistas e aí fizeram a sua aprendizagem revolucionária.

Muitos de vós, jovens comunistas a quem coube a honra de organizar os trabalhos preparatórios da criação da UJC, a União da Juventude Comunista, e que ireis militar nela, passáveis anos na clandestinidade, fostes presos, fostes submetidos à tortura, fostes condenados.

Tendes a experiência do Partido, a experiência de quadros jovens comunistas com muitas provas dadas, e a experiência crescente de todos quantos dia a dia engrossam as suas fileiras.

Tendes a juventude de hoje, os milhares e milhares de jovens trabalhadores que a liberdade trazida pela 25 de Abril despojou para a vida política, e que sob a bandeira do Partido da classe operária, voltados para o futuro, entram na batalha com entusiasmo, coragem, confiança e decisão.

Este 1.º Encontro poderá talvez surpreender alguns observadores pela pressa da iniciativa e pela improvisação de alguns aspectos de preparação política e de organização. Não é caso para nos afirmarmos, camaradas. Este 1.º Encontro é um extraordinário sucesso e terá uma decisiva influência no desenvolvimento da organização e da luta da juventude trabalhadora. Hoje, 9 de

Março, marca o ponto de arranque. Quando realizardes o 1.º Congresso da UJC, e esperamos que não estará muito longe, sereis então (estaremos nós) uma grande organização estruturada tendo consigo grandes massas da juventude trabalhadora.

O Partido confia em vós, confia em que a União da Juventude Comunista educará os seus membros na fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário. Confia em que reforçará os laços de estreita amizade e cooperação com a juventude da União Soviética e de outros países socialistas e com a juventude dos outros países ainda submetidos ao jugo do capital. Confia em que reforçará os laços de estreita amizade e cooperação criados no tempo das guerras coloniais entre a juventude portuguesa e a juventude do novo Estado da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Angola, de Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe e de Timor, laços de amizade e cooperação que podem e poderão traduzir-se no quadro das relações entre o novo Portugal democrático e os novos Estados independentes.

O Partido confia em vós, confia em que a União da Juventude Comunista será uma escola revolucionária e um viveiro de quadros comunistas. Confia em que educará os seus membros na dedicação ilimitada à causa do povo trabalhador de Portugal. Confia em que na UJC será sempre arvorada e levantada bem alto a bandeira do proletariado revolucionário, a bandeira do PCP, a gloriosa bandeira vermelha com a foice e o martelo.

A UJC será a união dos militantes de vanguarda dos operários e camponeses, dos jovens trabalhadores de Portugal.

A nova organização não será como alguns grupos pseudo-revolucionários constituídos por filhos da burguesia que deixam à esquerda os Porches e os Jaqueiros para irem vestir o fato de ganga e falar em nome do proletariado.

A juventude presente neste Encontro, é bem o próprio sangue e a própria vida da classe trabalhadora.

As raízes da UJC estão já profundamente seguras na terra fecunda e criadora, que é a classe trabalhadora das cidades e dos campos de Portugal.

É necessário manter sempre bem firmes essas raízes de classe, nunca deixando que o burocratismo e o espírito de aparelho enfraqueçam os laços da vanguarda com as massas da juventude trabalhadora.

É necessário manter sempre presente que a força da juventude trabalhadora assenta na sua unidade, nunca deixando que o sectarismo feche, limite e prejudique o alargamento da acção das massas juvenis.

Viva a unidade da juventude trabalhadora na luta pela construção de Portugal de um regime democrático a caminho do socialismo!

Viva a unidade da juventude portuguesa!

Viva a União da Juventude Comunista!

Viva o Partido Comunista Português!